

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 015/2025

Dispensa Eletrônica - 24/2025

SEI N.º 25.0.000008703-6

DOCUMENTOS DA FASE INTERNA

SUMÁRIO:

- 1) Solicitação de contratação, justificativa e autorização;
- 2) Estudo Técnico Preliminar;
- 3) Termo de Referência e Aviso de Dispensa Eletrônica (edital);
- 4) Declaração da Coordenadoria de Contratações / Justificativa de preços;
- 5) Indicação orçamentária;
- 6) Parecer Jurídico;
- 7) Decisão de mérito;
- 8) Termo de Dispensa.

1) Solicitação de contratação, justificativa e autorização;



DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

DESPACHO CCONTRAT

SEI Nº 25.0.000008703-6

Trata-se de procedimento instaurado em 18/09/2025 pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, através de Documento de Formalização de Demanda, cujo objeto é a contratação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva integral (com fornecimento de peças) para os elevadores da Nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná. (doc. 0159268)

Como justificativa da demanda, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura apontou a necessidade de viabilizar a manutenção preventiva/corretiva dos dois elevadores sociais da marca OTIS, instalados na futura Sede Administrativa da DPE-PR, em prédio próprio, cuja aquisição está em fase final (Processo SEI 24.0.000000365-0). O objetivo é garantir o funcionamento seguro e o livre acesso dos/as servidores/as aos andares superiores; conforme as boas práticas, normas técnicas (ABNT) e exigências do Corpo de Bombeiros. Foi observado, ademais, que o objetivo é evitar custos futuros com intervenções complexas e preservar o patrimônio público, caso a manutenção não possa ser incluída nos contratos existentes.

Finalmente, o DFD apontou um custo total de **R\$ 20.259,60** para a contratação do objeto – 24 manutenções - para o qual se espera a entrega até 01/12/2025.

O procedimento foi recebido para análise do Comitê de Contratações no dia 09/10/2025, no âmbito do Plano de Contratações Anual de 2025.

É, em síntese, o relatório.

Certifico que a demanda foi pautada para análise do Comitê de Contratações, na **9ª Reunião Ordinária de 2025**, realizada em 02 de outubro de 2025. Na oportunidade, os/as agentes públicos/as que compõem o Comitê **aprovaram a demanda, por unanimidade**, haja vista a importância de manter o correto e contínuo funcionamento dos elevadores da Nova sede Administrativa, minimizando paradas repentinas por falhas e protegendo as instalações da Defensoria e seu público interno; além de evitar perdas financeiras e interrupções nas atividades.

Pelo exposto, nos termos do art. 9º da Res. DPG n.º 375/2023, **declaro autuado o presente procedimento.**

1. Informo que a contratação em pauta será instruída e registrada sob **ID nº 089/2025**, como contratação direta, na próxima versão do Plano de Contratações Anual – PCA 2025 da Defensoria Pública do Estado do Paraná; tendo como órgão demandante e supridor, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

2. Em conformidade com o art. 19 da Lei Complementar Estadual nº 271/2024; de acordo com o que foi alinhado entre a Administração Superior e a Diretoria de Contratações, encaminhe-se a demanda aprovada à Diretoria de Engenharia e Arquitetura para, na qualidade de órgão técnico e supridor, elaborar o Estudo Técnico Preliminar, com o prazo estabelecido para o dia 15/10/2025.

3. A data para a aprovação do Termo de Referência, por sua vez, é **30/10/2025**.

4. O prazo estabelecido para a homologação da licitação é **28/11/2025** e a data para a conclusão da contratação é **09/12/2025**.

Curitiba, datado digitalmente.

PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS

Presidente do Comitê de Contratações em Exercício



Documento assinado digitalmente por **PEDRO HENRIQUE PIRO MARTINS, Defensor Público**, em 17/10/2025, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0174785** e o código CRC **7409844D**.

25.0.000008703-6

0174785v2



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

ÓRGÃO/SEDE: Defensoria Pública do Estado do Paraná / Sede Administrativa

NOME DA(O) SOLICITANTE: Coordenação de Serviços de Manutenções / DEA

EMAIL: manutencao@defensoria.pr.def.br

TELEFONE(S): (41) 3313-7302

2. PROBLEMA-CHAVE / DEMANDA

Serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva integral, com fornecimento e aplicação de peças, para 02 (dois) elevadores sociais da nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizadas em Curitiba/PR.

3. MOTIVAÇÃO

(i) A demanda foi originada a partir da existência de 02 (dois) elevadores sociais da marca OTIS na futura Sede Administrativa da DPE-PR, que será uma sede própria.

(ii) O pedido reforça-se em face da proximidade da aquisição do edifício, conforme processo SEI 24.0.000000365-0, se não for possível incluir tal manutenção nos contratos hoje existentes.

(iii) Caso a demanda não seja atendida, o funcionamento destes elevadores ficará seriamente prejudicado, não permitindo o livre e fácil acesso dos servidores aos andares superiores do edifício, além de comprometer a segurança dos usuários do equipamento.

(iv) A demanda deverá ser atendida para que as instalações da DPE/PR sigam de acordo com o que recomendam as boas práticas de manutenção de elevadores, as normas técnicas brasileiras e do corpo de bombeiros militar do Paraná, além de reduzir custos com intervenções mais complexas e invasivas futuras, preservando o patrimônio público.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que o Contrato deixe os elevadores da nova Sede Administrativa da DPE/PR funcionando perfeitamente, durante todos os dias do ano.

O interesse público será satisfeito à medida em que poderá se servir de equipamentos protegidos por sistemas de segurança confiáveis e mantenidos, minimizando paradas repentinas por falhas, protegendo as instalações da Defensoria e seus servidores, perdas financeiras e interrupções nas atividades, reduzindo custos com seguros e reparos, dentre outros benefícios.



5. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

CLASSIFICAÇÃO DA DEMANDA: ☐ PRODUTO ☐ SERVIÇO ☒ SERVIÇO COM PRODUTO

TIPO DE DEMANDA: ☐ TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ☒ OUTRAS

REQUISITOS DA SOLUÇÃO:

A empresa contratada deverá prestar serviço manutenção preventiva e corretiva integral, bem como chamados de emergência, com fornecimento e aplicação de peças, para os 02 (dois) elevadores OTIS da nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizadas em Curitiba/PR.

As manutenções devem compreender, não de forma exaustiva, a realização dos serviços de limpeza, lubrificação, ajustes, regulagens, verificação, reparos e substituições de itens como: roldanas, trilhos, botoeiras, rolamentos, lâminas de porta metálica, guias, pesos, pinos, cabos elétricos, motores elétricos, painéis digitais e etc.

Os serviços deverão obedecer à boa técnica, atendendo às normas técnicas vigentes e suas especificações.

Na proposta de preço, todas as despesas diretas (materiais/peças, mão de obra, ferramentas, transporte, encargos etc.) e indiretas (administração, seguros, garantias, riscos, despesas financeiras, lucro/remuneração, impostos) deverão ser computadas no custo do orçamento apresentado.

Os serviços de manutenção deverão ser realizados por meio de visitas técnicas programadas, previamente agendada com a Coordenação de Serviços de Manutenções e por visitas técnicas não programadas, solicitadas por meio de telefonema, *chat* ou *e-mail* para atendimento de situações emergenciais.

A contratada será responsável pelo fornecimento de todo o instrumental, equipamentos de proteção individual (EPI's), ferramentas, equipamentos, materiais, peças (selecionadas) e mão de obra especializada e necessária para a execução dos serviços.

METODOLOGIA PARA QUANTIFICAÇÃO DA DEMANDA:

A manutenção de elevadores compreende o atendimento continuado para manutenção preventiva e corretiva, ou seja, engloba um conjunto de ações ou operações de manutenção e/ou conservação desenvolvidas com o objetivo de manter ou retornar às condições especificadas do equipamento.

A metodologia utilizada para o levantamento das quantidades de manutenções será o plano de manutenção do equipamento.

LINKS PARA EXEMPLOS DA SOLUÇÃO REQUERIDA:

Contratações similares:

- Contrato nº 008/2024 – Defensoria Pública do Estado do Paraná - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores fabricados pela OTIS, com cobertura de peças, para a Sede de Atendimento Central e do prédio Anexo Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná em Curitiba.

https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-02/c.08.2024_dossie.pdf



- Contrato nº 052/2024 – Defensoria Pública do Estado do Paraná - Contratação de serviços de manutenção integral preventiva, corretiva e chamados de emergência, com fornecimento e aplicação de peças, para 01 (um) elevador instalado na Sede de Londrina da Defensoria Pública do Paraná – DPE/PR, localizada na Avenida Bandeirantes, 263, Vila Ipiranga, Londrina/PR.

https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-09/contrato_no052.2024.pdf

- Contrato nº 049/2024 – Defensoria Pública do Estado do Paraná - Contratação de serviços de manutenção integral preventiva, corretiva e chamados de emergência, com fornecimento e aplicação de peças, para 01 (um) elevador instalado na Sede de Maringá da Defensoria Pública do Paraná – DPE/PR, localizada na Avenida Tiradentes, 1289 – Zona 04, Maringá/PR.

https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-09/contrato_no49.2024_0.pdf

RELAÇÃO DE ANEXOS (caso necessário):

6. DETALHAMENTO DO OBJETO

ESPECIFICAÇÃO:	QTD MANUTENÇÕES	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02 Elevadores OTIS	24	R\$ 844,15	R\$ 20.259,60
TOTAL			R\$ 20.259,60

7. DETALHAMENTO DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

*EXISTE CONTRATO OU ARP VIGENTE PARA O OBJETO? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não sei informar	CASO EXISTA, INDIQUE A DATA DO TÉRMINO DE SUA VIGÊNCIA OU A DATA ESTIMADA PARA EXAURIMENTO DO QUANTITATIVO CONTRATADO: -
DATA DESEJADA PARA ENTREGA DO OBJETO: 01/12/2025	
LOCAL PARA ENTREGA DO OBJETO: Sede Administrativa - Avenida João Gualberto 717, Alto da Glória, Curitiba - PR, 80.030-070	
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Coordenação de Serviços de Manutenções - Departamento de Engenharia e Arquitetura	

*Item de preenchimento obrigatório pelo Órgão Supridor.



8. ANÁLISE DE CONTRATAÇÃO VIA SUPRIMENTO DE FUNDOS OU FUNDO ROTATIVO

1. Pretende-se contratar o presente objeto através de suprimento de fundos ou fundo rotativo?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
2. O quantitativo indicado para a presente contratação atenderá somente a demanda imediata do requerente, sem formação de estoque?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Justificar:
3. O valor estimado da contratação é inferior aos limites estabelecidos pela Portaria Normativa n.º 1.344/2023, expedida pelo Ministério da Fazenda.	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Justificar:
5. A contratação é medida excepcional?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Justificar:
6. A contratação poderia ter sido planejada?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Justificar:

9. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

CURITIBA, VIDE ASSINATURA ELETRÔNICA.

RAFAELA SENA STEHLING
COORDENADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES

FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES LOBO
DIRETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

2) Estudo Técnico Preliminar;



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SOLUÇÃO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA DOS ELEVADORES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ NA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA.

PROCESSO n.º 25.0.000008703-6

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

CURITIBA, OUTUBRO DE 2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DIRETRIZES GERAIS	3
3. INFORMAÇÕES BÁSICAS	3
4. ÁREA REQUISITANTE	4
5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO	4
5.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO	4
5.2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DENTRO DO CONTEXTO INSTITUCIONAL	5
6. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	5
7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
7.1. REQUISITOS LEGAIS	6
7.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO E/OU TÉCNICOS	7
7.3. NATUREZA DA DEMANDA	7
8. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO	8
8.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO PARCIAL DE PEÇAS	8
8.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS	8
8.3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS	9
8.4. MAPEAMENTO DE MERCADO	10
8.5. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO E FORMA DE CONTRATAÇÃO	11
9. IMPACTOS AMBIENTAIS	12
10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO	13
11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	15
12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO	16
13. PROVIDÊNCIAS ADICIONAIS	16
14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	16
15. MAPA DE RISCOS	17
16. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS	18
17. MATRIZ DE COMPETÊNCIAS	19
18. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO	19
19. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO	20
20. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	21
APÊNDICE I - TERMO DE VISTORIA	46
APÊNDICE II - D.R.T.	47
APÊNDICE III - I.M.R.	48
APÊNDICE IV - SUBCONTRATAÇÃO	49
APÊNDICE V - FOTOS	50

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é “um instrumento da Lei de Licitações fundamentado na premissa de que, para a efetivação de uma governança eficiente em uma contratação pública, é necessário garantir logo na fase inicial, um planejamento fundado na escolha da solução mais adequada, entre as soluções técnicas disponíveis, para resolução do problema” (PARANÁ, 2025).

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar (ETP) que tem por objetivo subsidiar a escolha da solução mais adequada para atender à necessidade dos serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, para os elevadores da Nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR).

2. DIRETRIZES GERAIS

O presente estudo tem fundamentação na Lei Federal n.º 14.133/2021, bem como na Resolução DPG n.º 375/2023.

Cabe destacar que a DPE/PR possui histórico de contratações similares para este objeto. A mais recente contratação de serviços de manutenção para elevadores da marca Otis foi realizada por meio do Pregão Eletrônico n.º 050/2023, resultando no Contrato n.º 008/2024, que abrange a manutenção de elevadores localizados nas Sedes de Atendimento Central e Administrativa.

Esta contratação subsidiou o delineamento deste novo processo, uma vez que fornece dados sobre periodicidade, escopo de serviços e custos, o que auxilia na estruturação das diretrizes e especificações para o atendimento adequado das necessidades das unidades da DPE-PR.

Não há necessidade de restringir o acesso ao documento ou classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

3. INFORMAÇÕES BÁSICAS

O número do presente ETP será o 089/2025, em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2025.

A responsável pela sua elaboração é a servidora Carolina de Medeiros Bussmann assessorada pelas informações e orientações trazidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

A categoria do objeto do presente ETP é a prestação de Serviços continuados.

4. ÁREA REQUISITANTE

A presente contratação foi requisitada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A análise acerca da necessidade da presente contratação será dividida em duas subseções (i) definição do problema a ser resolvido e (ii) necessidade da contratação dentro do contexto institucional.

5.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA A SER RESOLVIDO

Os elevadores da Nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) são essenciais para garantir acessibilidade e mobilidade segura de funcionários e usuários. Contudo, a ausência de um contrato de manutenção específico expõe o patrimônio a riscos de falhas operacionais, interrupções no serviço e descumprimento das normas de acessibilidade vigentes.

Diante desse contexto, o problema a ser resolvido consiste em estabelecer um contrato de manutenção preventiva e corretiva para assegurar o pleno funcionamento, a segurança dos usuários e a conformidade técnica dos elevadores. Assim, este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo definir a melhor estratégia para realizar essa contratação, incluindo serviços regulares, substituição de peças e atendimento emergencial, garantindo a continuidade operacional e a preservação do bem público.

5.2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DENTRO DO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), em conformidade com seu Plano de Expansão previsto no Planejamento Estratégico, adquiriu imóvel situado na Avenida João Gualberto, em Curitiba/PR, destinado a sediar a nova Administração Central da Instituição. A mudança representa uma medida de modernização administrativa, voltada a reunir setores estratégicos em um único espaço, otimizar fluxos de trabalho e criar condições mais adequadas para o desenvolvimento das atividades de gestão.

Com a aquisição de um novo imóvel, se torna necessária a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos, incluindo os Elevadores (Marca Otis) instalados nesta nova sede.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva são essenciais para assegurar o pleno funcionamento do equipamento, evitando interrupções que possam comprometer a segurança, a acessibilidade e a mobilidade de funcionários e usuários das instalações.

Dessa forma, a nova contratação deve ser planejada e iniciada com antecedência, de modo a garantir a transição adequada entre as sedes e evitar qualquer interrupção nos serviços. Essa medida é fundamental para manter a integridade da estrutura física da Nova Sede, preservar o patrimônio público e assegurar um ambiente seguro e funcional para todos os usuários da DPE/PR.

6. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no PCA 2025 sob o n.º 089/2025, autorizada pelo Comitê de Contratações.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos indispensáveis para o atendimento da necessidade com padrões mínimos de qualidade e que deverão ser observados e/ou realizados pela empresa a ser contratada são divididos da seguinte forma:

7.1. REQUISITOS LEGAIS

- 7.1.1. Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos);
- 7.1.2. Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);
- 7.1.3. Resolução DPG nº 375/2023 (regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito da DPE/PR);
- 7.1.4. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 7.1.5. Lei 5.194/1966, de 24 de dezembro de 1966 (Regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências);
- 7.1.6. Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade): Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, incluindo a manutenção de elevadores como equipamentos essenciais para a mobilidade;
- 7.1.7. Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6): Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 7.1.8. Norma Regulamentadora nº 10 (NR-10): Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 7.1.9. Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12): Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- 7.1.10. Norma Regulamentadora nº 18 (NR-18): Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 7.1.11. Norma ABNT 16083 (institui normas para manutenção de elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes).
- 7.1.12. Resolução CONFEA nº 1.137/2023: dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o Acervo Técnico;

7.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO E/OU TÉCNICOS

- 7.2.1. Contratação de empresa especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, incluindo o fornecimento de peças necessárias para a execução dos serviços;
- 7.2.2. Garantir o funcionamento adequado e seguro dos elevadores da Nova Sede Administrativa, mitigando riscos aos passageiros e evitando a depreciação do equipamento;
- 7.2.3. Assegurar a execução contínua dos serviços, mantendo a operacionalidade dos elevadores em conformidade com as normas técnicas e de segurança;
- 7.2.4. Fornecimento de peças, materiais, equipamentos, instrumentos e ferramentas necessários para a execução dos serviços, bem como se responsabilizar pelo seu transporte;
- 7.2.5. Custeamento de todas as despesas relacionadas ao transporte, deslocamento de funcionários e execução dos serviços, sem ônus adicionais para a DPE/PR.
- 7.2.6. Capacidade de realizar serviços continuados de manutenção corretiva e preventiva em elevadores da Marca Otis;
- 7.2.7. Atendimento às especificações contidas na Especificação Técnica, em anexo;
- 7.2.8. Assumir inteira e total responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados;
- 7.2.9. Atender aos critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender às demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável;

7.3. NATUREZA DA DEMANDA

A presente demanda se caracteriza de natureza continuada.

8. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

O levantamento das soluções disponíveis no mercado para atender à demanda dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para os elevadores da Nova Sede Administrativa da DPE/PR considerou as seguintes opções:

8.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO PARCIAL DE PEÇAS

Essa solução consiste na contratação de serviços de manutenção que incluem, além da mão de obra, o fornecimento de peças e materiais necessários para a execução dos serviços. A remuneração da contratada é calculada por equipamento, com base no número de manutenções preventivas e do número de manutenções corretivas estimadas dos elevadores. Essa abordagem oferece praticidade, pois reduz a necessidade de procedimentos licitatórios apartados para a aquisição de peças, agilizando o atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva.

Essa solução também simplifica a gestão contratual, centralizando em um único fornecedor a responsabilidade pela mão de obra e peças, o que contribui para maior eficiência e controle dos serviços prestados.

No entanto, a cobertura de peças não é integral, restringindo-se aos componentes aos quais o usuário tem acesso. Para garantir a agilidade na reposição de componentes internos e de alto custo não cobertos, o contrato disporá de um orçamento distinto e específico para a aquisição dessas peças sob demanda. Esta previsão assegura a continuidade do serviço em casos de quebras de maior vulto, sem comprometer a estrutura de custos inicial do contrato.

8.2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE PEÇAS

Essa solução consiste na contratação de serviços de manutenção que incluem, além da mão de obra, o fornecimento de todas as peças e materiais necessários para a execução dos serviços. A remuneração da contratada é calculada por equipamento, com base no número de manutenções preventivas e do número de manutenções corretivas

estimadas dos elevadores. Essa abordagem oferece praticidade, pois elimina a necessidade de procedimentos licitatórios apartados para a aquisição de peças, agilizando o atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva.

Essa solução também simplifica a gestão contratual, centralizando em um único fornecedor a responsabilidade pela mão de obra e peças, o que contribui para maior eficiência e controle dos serviços prestados.

Embora seja um modelo mais caro, a dificuldade na aquisição de peças em separado (mercado de fornecimento restrito e bem específico, aliado ao tempo de licitação para a aquisição) justifica o investimento em um plano de manutenção preventiva e corretiva mais completo.

8.3. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SEM FORNECIMENTO DE PEÇAS

Nessa solução, os serviços de manutenção são contratados separadamente do fornecimento de peças, cabendo à Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) a responsabilidade pela aquisição dos componentes necessários. Esse modelo de contratação exigiria a identificação prévia das peças que poderiam ser substituídas ao longo do contrato, o que poderia gerar complexidade na gestão e possíveis atrasos na execução dos serviços, especialmente em casos de necessidade de aquisição emergencial de componentes pela DPE/PR.

A separação entre a contratação da mão de obra e o fornecimento de peças pode resultar em dificuldades operacionais, como a indisponibilidade temporária de peças essenciais, prolongando o tempo de inatividade dos elevadores e comprometendo a funcionalidade do equipamento. Além disso, a gestão de dois processos distintos (serviços e aquisição de peças) demandaria maior esforço administrativo e logístico por parte da DPE/PR, aumentando os riscos de descontinuidade nos serviços de manutenção.

Essa solução, embora possível, apresenta desafios significativos em termos de eficiência e agilidade, especialmente quando comparada ao modelo que inclui o fornecimento de peças no mesmo contrato. Portanto, não é a abordagem mais

recomendada para atender às necessidades de manutenção do Gerador da Nova Sede Administrativa, onde a continuidade e a rapidez no atendimento são prioritárias.

8.4. MAPEAMENTO DE MERCADO

Com o propósito de validar a solução proposta e identificar as melhores práticas de mercado, foi realizado um estudo comparativo de contratações similares. A pesquisa teve como objetivos principais verificar a viabilidade da solução pretendida, identificar os modelos de contratação mais utilizados por órgãos públicos, e comparar escopo, valores e formas de execução adotadas.

A metodologia da pesquisa incluiu consulta ao Portal Nacional de Contratações, Banco de Preços e análise dos editais publicados nos últimos dois anos. Esta abordagem permitiu obter um panorama das práticas de contratação no setor, conforme tabela abaixo:

Quadro 1. Contratações Públicas Similares

INSTITUIÇÃO/ID	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO ¹ - DL N.º 10/2025
OBJETO	Serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva do elevador instalado no prédio Sede da Procuradoria da República no Amazonas.
PRAZO	24 meses
DETALHAMENTO DO OBJETO	1 Elevador Elétrico de tração com casa de máquinas Capacidade: 8 passageiros (600 kg). Manutenção preventiva e corretiva: Sim Fornecimento de Peças: Sim Dispensa de Licitação por menor Preço
INSTITUIÇÃO/ID	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ² - INEXIGIBILIDADE N.º 061/2025
OBJETO	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para 01 (um) elevador de passageiros, instalado no Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude em Belém/PA.
PRAZO	60 meses
DETALHAMENTO	01 (um) elevador de passageiros da marca ATLAS SCHINDLER,

¹ Disponível em: <<https://pncp.gov.br/app/editais/26989715000102/2026/9>> Acesso em: 23.09.2025

² Disponível em: <<https://pncp.gov.br/app/editais/05054960000158/2025/146>> Acesso em: 23.09.2025

DO OBJETO	modelo S001 - S3300 (elevador sem casa de máquinas e com resgate automático), número de identificação EEL 17011685370. Manutenção preventiva e corretiva: Sim Fornecimento de Peças: Sim Contratação Direta por Inexigibilidade
INSTITUIÇÃO/ID	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ³ PE N.º 050/2023
OBJETO	Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva, corretiva, atendimento chamados de emergência, fornecimento e instalação de componentes e peças originais dos fabricantes, para 02 (dois) elevadores, um instalado na Sede de Atendimento Central e outro instalado no imóvel anexo à Sede Administrativa da Defensoria Pública do Paraná
PRAZO	12 meses
DETALHAMENTO DO OBJETO	Elevador elétrico de passageiros - Sede Central Marca: OTIS; Modelo: GEN2 Light Plus Manutenção preventiva e corretiva: Sim Fornecimento de Peças: Sim Forma de execução: Pregão Eletrônico e Contrato

Concluiu-se que o modelo de aquisição de serviços de manutenção com **fornecimento integral** de peças e materiais é o mais adotado na administração pública. Esse modelo tem sido implementado com sucesso na Sedes Central e no Prédio Anexo da Sede Administrativa da DPE/PR.

A solução que inclui o **fornecimento integral** de peças tem demonstrado eficiência no atendimento rápido às demandas de manutenção preventiva e corretiva, gerando economia e praticidade. Portanto, entende-se que essa abordagem atende plenamente às necessidades do órgão, garantindo a funcionalidade e a segurança dos usuários dos elevadores.

8.5. DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO E FORMA DE CONTRATAÇÃO

A solução proposta tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a execução de manutenção preventiva e corretiva integral, incluindo chamados de

³ Disponível em: <<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Pagina/Pregao-Eletronico-0502023>> Acesso em: 24.09.2025

emergência, com fornecimento e aplicação de peças, para 02 (dois) elevadores existentes na nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Considerou-se a inclusão integral de peças no escopo da manutenção, o que elimina a necessidade de processos licitatórios separados para aquisição de componentes. Essa integração possibilita maior eficiência e economicidade nos processos internos, otimizando a gestão e a execução dos serviços.

Essa estrutura de manutenção, que combina ações preventivas e corretivas com o fornecimento integrado de peças, assegura a continuidade e a segurança do equipamento, alinhando-se às melhores práticas de gestão e sustentabilidade.

Essa solução garante a continuidade dos serviços de manutenção, assegurando o pleno funcionamento dos elevadores, bem como a disponibilidade de peças e materiais necessários para reparos e substituições, sem custos adicionais. Além disso, promove agilidade no atendimento às demandas de manutenção, reduzindo o tempo de inatividade do equipamento, e assegura a conformidade com as normas técnicas e de segurança, preservando a integridade dos elevadores e a segurança dos usuários.

Ressalta-se que os elevadores em questão são da marca Otis, e a fabricante não possui exclusividade para a realização de serviços de manutenção em seus equipamentos.

9. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores pode gerar impactos ambientais relacionados à geração de resíduos sólidos, consumo de energia e uso de materiais. Para mitigar esses impactos, é essencial que a contratação priorize práticas sustentáveis e o cumprimento das normas ambientais vigentes, conforme as diretrizes abaixo:

- Utilizar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, como segurança, durabilidade e eficiência.
- Priorizar a geração mínima de resíduos, o menor desperdício e o menor impacto ambiental.

-
- Realizar o descarte de peças e materiais em conformidade com a política de responsabilidade socioambiental.
 - Proibição de descarte em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos, áreas protegidas por lei ou áreas não licenciadas.
 - Respeitar os limites máximos de emissão de poluentes estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 382/2006 e legislação correlata.
 - Garantir que a emissão de ruídos não ultrapasse os níveis aceitáveis definidos pelas Normas NBR 10151 e NBR 10152 da ABNT, conforme a Resolução CONAMA nº 01/1990.
 - Adotar práticas de racionalização do uso de energia e água.
 - Evitar o desperdício de insumos e a geração excessiva de resíduos.
 - Substituir substâncias potencialmente tóxicas por alternativas menos nocivas.
 - Separar e descartar adequadamente embalagens, restos de materiais e produtos, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária.
 - Promover a reciclagem e o descarte ecologicamente correto de materiais tóxicos.
 - Repassar aos empregados orientações sobre a redução do consumo de energia e água.
 - Conduzir todas as ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, prevenindo impactos negativos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos.

Essas práticas visam garantir a sustentabilidade ambiental, a eficiência operacional e o cumprimento das normas legais, alinhando-se às diretrizes de responsabilidade socioambiental da DPE/PR.

10. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Após definição dos requisitos da contratação e da discussão sobre as possíveis soluções para a presente contratação, realizou-se o levantamento dos quantitativos a serem contratados, de acordo com os dados apresentados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura.

Como metodologia de quantificação, utilizou-se como referência a abordagem adotada nos contratos vigentes, os quais têm atendido às necessidades da DPE/PR com resultados satisfatórios em termos de funcionalidade e eficiência. Esses contratos demonstraram boa capacidade de resposta às demandas de manutenção, além de garantir a perfeita operacionalidade dos elevadores.

A manutenção preventiva será realizada mensalmente, no horário de funcionamento da DPE/PR, mediante agendamento prévio. Dessa forma, estima-se um mínimo de 24 (vinte e quatro) visitas preventivas ao longo de um período de 01 (um) ano, para atender aos dois elevadores, simultaneamente.

Por sua vez, a manutenção corretiva será acionada em casos de falhas, mau funcionamento ou irregularidades no desempenho do equipamento. Os serviços corretivos serão prestados mediante abertura de chamados junto à empresa contratada, que poderão ser solicitados por meio de contato telefônico, mensagem eletrônica ou sistema de gerenciamento de manutenção.

Os serviços a serem prestados envolvem a manutenção de dois equipamentos de transporte vertical, localizados na Nova Sede Administrativa da DPE/PR, em Curitiba. Abaixo estão detalhadas as características dos equipamentos e a quantidade de serviços a serem realizados:

Identificador	Descrição do Equipamento	Paradas
ELEV - A	Elevador de passageiros, OTIS, modelo 37SJ9737A, máximo de 09 passageiros, 630Kg	10
ELEV - B	Elevador de passageiros, OTIS, modelo 37SJ9737A, máximo de 09 passageiros, 630Kg	10

Serviço	Quantidade	Frequência	Total
Manutenção Preventiva	2 por mês	Mensal	24
Manutenção Corretiva	Sob demanda		

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Após definir as estimativas de quantidade para a contratação, foi realizada a estimativa do valor total, levando em consideração a solução a ser adotada e as especificações técnicas fornecidas pelo órgão supridor.

Considerando se tratar de uma Nova Sede Administrativa, inexistente um contrato de manutenção dos elevadores, em questão, para utilizar como referência. Foi utilizada como base para a estimativa de custos o valor atual do 1º Termo Aditivo do Contrato n.º 008/2024⁴ corrigido pelo índice IPCA (IBGE), totalizando R\$746,22 (setecentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos) o valor unitário mensal.

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2025
Data final	09/2025
Valor nominal	R\$ 720,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,03641440
Valor percentual correspondente	3,641440 %
Valor corrigido na data final	R\$ 746,22 (REAL)

Essa referência foi adotada por refletir as condições de mercado e os valores praticados atualmente para serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores da Marca Otis, garantindo uma projeção realista e alinhada às necessidades da DPE/PR. O valor estimado está apresentado na tabela a seguir:

⁴ Disponível em:

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-01/1ta-c.8.24-eletron.pdf> Acesso em 16/10/2025.

Tabela - Estimativa do Valor da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO BÁSICA	CATSER	QNTD	ÓRGÃO/EMPRESA	VALOR UN.
1	Manutenção Preventiva e Corretiva para 02 Elevadores Otis	3557	24	13.938.066/0001-79 ELETRON ELEVADORES LTDA - ME	R\$ 746,22
				PREÇO TOTAL/ANUAL	R\$ 17.909,28

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A integralidade dos serviços, que compreende mão de obra especializada e fornecimento de peças, é fundamental para assegurar a eficiência e a qualidade da manutenção, evitando riscos de descontinuidade na execução.

A contratação única assegura responsabilidade integral pela contratada, simplificando o controle e alinhando-se às necessidades da DPE/PR e às normas legais. Portanto, recomenda-se a não divisão do objeto, assegurando eficiência, qualidade e conformidade dos serviços.

13. PROVIDÊNCIAS ADICIONAIS

Como o contrato está relacionado à prestação de serviços continuados de engenharia, sugere-se a nomeação de servidor engenheiro mecânico, se disponível no quadro técnico do órgão, para acompanhamento da fiscalização do contrato.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Com base nos requisitos estabelecidos no presente ETP, não se vislumbram contratações correlatas e/ou interdependentes.

15. MAPA DE RISCOS

Risco: Entrega de serviço inadequado.				
Probabilidade: MÉDIA		Dano potencial: Ineficácia, ineficiência, utilização de recurso público de forma inadequada.		
Impacto: MÉDIO		Resposta: Mitigar.		
ID	Ação preventiva	Responsável	Prazo	Procedimento
a)	Conferência do recebimento	Supridor	No recebimento dos itens	Análise dos serviços recebidos e conferência com a especificação técnica.
ID	Ação contingência de	Responsável	Prazo	Procedimento
a)	Abertura de procedimento sancionador	Coordenador(a) de Gestão de Fiscalização de Contratos e Convênios (CFIS)	Exauridas as tentativas de correção do serviço	Em caso de entrega inadequada e exauridas as tentativas de solução, deverá ser aberto procedimento sancionador.

Risco: Qualidade insuficiente dos serviços e/ou peças				
Probabilidade: MÉDIA		Dano potencial: Comprometimento da segurança e eficiência dos elevadores.		
Impacto: ALTO		Resposta: Mitigar.		
ID	Ação preventiva	Responsável	Prazo	Procedimento
a)	Exigir certificações técnicas e uso de peças originais ou equivalentes.	Supridor	No recebimento dos serviços.	Análise das peças de reposição utilizadas e conferência com a especificação técnica. Fiscalizar serviços.
ID	Ação contingência de	Responsável	Prazo	Procedimento
a)	Abertura de procedimento sancionador	(CFIS)	Exauridas as tentativas de correção do serviço	Em caso de entrega inadequada e exauridas as tentativas de solução, deverá ser aberto procedimento sancionador.

16. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse o descumprimento de prazos contratuais. Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprimento do prazo estipulado para realização da manutenção preventiva periódica	1	Por dia útil de atraso por Ordem de Serviço
2	Descumprimento do prazo para apresentação de informações, relatórios ou laudos técnicos solicitados pela fiscalização ou previstos em contrato	1	Por solicitação/documento e por dia útil de atraso.
3	Não cumprimento do prazo para refazimento de serviços rejeitados pela fiscalização.	1	Por serviço/ Por dia útil de atraso
4	Atraso superior a 1 (uma) hora nos chamados de emergência de elevador parado (com ou sem passageiros)	5	Por hora completa de atraso

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará os descontos de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO	
Grau de Infração	Correspondência
Pontos Acumulados	% de liberação da nota fiscal
Até 5 pontos	Liberação total do valor da nota fiscal + NOTIFICAÇÃO
De 6 a 10 pontos	Liberação de 95% do valor da nota fiscal
De 11 a 15 pontos	Liberação de 90% do valor da nota fiscal
De 16 a 20 pontos	Liberação de 85% do valor da nota fiscal
De 21 a 25 pontos	Liberação de 80% do valor da nota fiscal
De 26 a 30 pontos	Liberação de 75% do valor da nota fiscal
Acima de 30 pontos	Liberação de 70% do valor da nota fiscal

17. MATRIZ DE COMPETÊNCIAS

Abaixo segue a matriz de competências para a elaboração do presente ETP.

Competências	Responsável
Oficialização da demanda e direcionamento inicial	Órgão supridor
Aprovação da demanda institucional	Comitê de Contratações (CCONTRAT)
Coleta, análise de informações e elaboração do Estudo Técnico Preliminar	Coordenadoria de Planejamento das Contratações (CPLA).
Definição da metodologia de quantificação e elaboração das especificações técnicas	Órgão supridor
Aprovação do Estudo Técnico Preliminar	Chefia do Órgão supridor
Seleção do fornecedor	Coordenadoria de Contratações (CCON)
Formalização da contratação	Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios (CFORM)
Execução e fiscalização do objeto	Órgão supridor
Recebimento definitivo do objeto	Coordenadoria de Fiscalização das Contratações e Convênios
Pagamento pela prestação dos serviços	Diretoria de Orçamento e Finanças

18. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, assegurará o funcionamento dos elevadores da Nova Sede Administrativa, proporcionando segurança e acessibilidade a funcionários e usuários. A manutenção regular evitará interrupções, reduzirá o tempo de inatividade e prolongará a vida útil do equipamento, preservando o patrimônio público e reduzindo custos com reparos emergenciais.

A inclusão do fornecimento de peças no mesmo contrato simplifica a gestão, eliminando a necessidade de processos licitatórios separados e assegurando a disponibilidade imediata de componentes. Além disso, a manutenção preventiva contribui para a redução do consumo de energia, enquanto a destinação correta de resíduos e peças substituídas reforça o compromisso com a sustentabilidade.

19. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças é a solução mais adequada para a DPE/PR. A abordagem simplifica o processo, reduz custos administrativos e evita riscos operacionais, como descompasso na entrega de materiais. A manutenção regular assegura a segurança, acessibilidade e eficiência energética dos elevadores, além de prolongar sua vida útil. A contratação atende às necessidades da instituição, preservando o patrimônio público e reforçando a gestão eficiente e responsável dos recursos..

20. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A descrição integral da solução, enquanto **sugestão** para subsidiar a elaboração do Termo de Referência, consta no Anexo I.

Carolina de Medeiros Bussmann

CAROLINA DE MEDEIROS BUSSMANN
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Estudo Técnico Preliminar (ETP) aprovado nos termos do inciso I do art. 3º da Resolução DPG n.º 522, de 03 de outubro de 2024.

Fernando Henrique Rodrigues Lobo

FERNANDO HENRIQUE LOBO
DIRETOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Definição do objeto:** Contratação de Empresa especializada em serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR.

1.2. Justificativa para a contratação.

1.2.1. **Descrição da situação atual:** atualmente, a DPE/PR não possui um contrato vigente para a manutenção dos elevadores instalados na Nova Sede Administrativa. Diante disso, torna-se necessária uma nova contratação para garantir a segurança e acessibilidade dos usuários.

1.2.2. **Justificativa para as quantidades a serem contratadas:** As quantidades foram definidas com base nas necessidades técnicas e operacionais dos elevadores da Nova Sede Administrativa. Serão realizadas 24 manutenções preventivas por ano (duas por mês) para garantir segurança e eficiência. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas conforme demanda. As quantidades consideram a experiência de contratações similares e as especificações técnicas do equipamento.

1.2.3. **Resultados esperados com a contratação:** a contratação visa assegurar o pleno funcionamento dos elevadores da Sede dos Núcleos, segurança, acessibilidade e conformidade com as normas técnicas.

1.3. Descrição sumária dos itens a serem contratados:

GRUPO	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UN.	VALOR TOTAL
1	Contratação de Empresa especializada em serviços de manutenção integral preventiva e corretiva, incluso chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 2 (dois) elevadores da marca OTIS.	3557	UNITÁRIO	24		
TOTAL						

1.4. DETALHAMENTO DO OBJETO

O Escopo dos serviços a serem prestados consistem detalhados a seguir:

- 1.4.1. **Manutenção Preventiva.** Entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos sistemas, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas. A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, procedendo na mesma ocasião à inspeção, teste, lubrificação, regulagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnica, de todas as partes do equipamento, a fim de proporcionar aos elevadores um funcionamento eficiente, seguro e econômico;
- 1.4.2. **Manutenção Corretiva.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos em quaisquer dos componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos dos elevadores, mantendo-o em perfeito funcionamento. Consistirá no atendimento às solicitações do Contratante, sempre que houver paralisação do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou para a correção de defeitos que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos;

1.4.3. **Chamados de Emergência.** Os chamados de emergência são aqueles que acarretam dano iminente à integridade do patrimônio da DPE/PR ou ainda risco à integridade física das pessoas. Os procedimentos serão realizados em elevadores da fabricante Otis;

1.4.4. Os serviços a serem executados serão todos aqueles relativos à Manutenção Preventiva e Corretiva dos elevadores. Deverão ser prestados todos os serviços de assistência e suporte técnico em caráter preventivo e corretivo, através de um corpo técnico especializado, seguindo-se as normas vigentes e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante e da legislação, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos elevadores;

1.4.5. Equipamentos

1.4.5.1. 2 (dois) Elevadores elétricos de passageiros,

1.4.5.1.1. Fabricante: OTIS;

1.4.5.1.2. Modelo: 37SJ9737A

1.4.5.1.3. 10 Paradas

1.4.5.1.4. Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg.

1.4.6. Local de Prestação de Serviços

1.4.6.1. Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, 80030-000.

2. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, conforme autorização contida nos autos de instrução, sob o número 089/2025.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Tipo de contratação: Licitação.

3.2. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico, em conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) 2025.

-
- 3.3. Adoção de Sistema de Registro de Preços: não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que a demanda da presente contratação se trata da prestação de serviços continuados.
- 3.4. Critério de julgamento: o critério de julgamento será o menor preço, uma vez que se trata de objeto de natureza comum e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado.
- 3.5. Critério de adjudicação: a adjudicação será por lote único, considerando a natureza da contratação.
- 3.6. Possibilidade de participação de consórcios de empresas: será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.
- 3.7. Previsão de subcontratação: à CONTRATADA será admitida a subcontratação parcial do objeto, restrita aos serviços de Serralheria.
- 3.7.1. Deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a subcontratada possui habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da licitante.
- 3.7.2. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, conforme [Apêndice IV](#), juntamente com os documentos da subcontratada, e o contrato de subcontratação celebrado entre a contratada e a subcontratada.
- 3.7.3. O prazo para a entrega dos documentos descritos no item acima é de até 10 (dez) dias após a constatação de necessidade do serviço, devidamente manifestado junto à Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.

3.7.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.7.5. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

3.7.6. A subcontratação sem observância do disciplinado neste termo, poderá ensejar motivo para rescisão contratual.

3.8. Aplicação do tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte: não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.

3.8.1. Aplicação do direito de preferência: considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

4. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

4.1. O objeto deve ser acompanhado por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na resolução nº 218, do CONFEA, ou conselho de classe competente, que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais.

4.2. Considerando a natureza do objeto, a vistoria é facultativa para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente licitação.

4.3. Os proponentes poderão, a seu critério, realizar visita técnica aos locais para, tendo conhecimento das instalações, apresentarem cotação. Caso seja realizada a visita, deverá ser assinado o **Termo de Vistoria**, conforme modelo fornecido no **Apêndice I**, pelo técnico credenciado da empresa e por Membro ou Servidor da DPE/PR.

-
- 4.4. A visita, quando desejada pelo proponente, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta e realizada com o acompanhamento de representante da DPE/PR, a ser indicado.
- 4.4.1. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.
- 4.5. Caso o proponente opte por não realizar visita, deverá ser assinado e apresentado o Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no [Apêndice I](#), assumindo responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto da contratação, incluindo as condições físicas, técnicas e operacionais necessárias para a correta prestação dos serviços.
- 4.5.1. Para subsidiar a elaboração das propostas, consta registro fotográfico dos elevadores no [Apêndice V](#).
- 4.6. Considerando os requisitos de caráter técnico do objeto, exige-se da CONTRATADA a comprovação de capacidade técnica para a execução dos serviços contratados.
- 4.6.1. Apresentar 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica (ACT) em nome da(s) Contratada(s), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda para empresa privada com expressa comprovação da seguinte parcela: realização de manutenção preventiva de 01 (um) Elevador da Marca Otis.
- 4.6.2. Em razão da natureza do objeto e da necessidade de garantir a adequada execução dos serviços, será exigida comprovação de experiência prévia da empresa em serviços similares, com prazo não superior a 12 meses, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 2413/25). Essa exigência visa mitigar riscos identificados na matriz de riscos e se mostra compatível com o porte e complexidade do serviço.
- 4.7. O proponente deverá apresentar a **Declaração de Responsabilidade Técnica**, conforme modelo fornecido no [Apêndice II](#), nomeando 01 (um) Responsável Técnico pela execução dos serviços de manutenção.

-
- 4.8. Para fins de análise da regularidade **técnica** da empresa contratada, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação da Licitante, na forma da legislação vigente.
- 4.9. Considerando a natureza do objeto em tela, não haverá necessidade de amostras.
- 4.10. Apresentar e manter continuamente atualizado, caso for solicitado, os programas PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);
- 4.11. Para fins de análise da regularidade **fiscal, previdenciária e trabalhista**, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:
- 4.11.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- 4.11.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;
- 4.11.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;
- 4.11.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 4.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- 4.11.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 4.12. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
- 4.12.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF);
- 4.12.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 4.12.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
- 4.12.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;

4.12.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

4.13. Requisitos da Contratação - Responsável Técnico:

4.13.1. Para demonstração de regularidade do **profissional**, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação do(s) Responsável(is) Técnico(s), na forma da legislação vigente.

4.13.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica⁵ de acordo com a composição da equipe técnica, conforme modelo fornecido no **Apêndice II**.

4.13.2.1. A Declaração de Responsabilidade Técnica refere-se ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponível e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da DPE/PR.

4.13.3. Na formulação da Declaração, deve-se excluir referências à legislação federal que não seja pertinente ao conselho em que o profissional está inscrito, mantendo apenas as disposições aplicáveis;

4.13.4. Em caso de haver um segundo responsável técnico pela mesma obrigação, ou seja, como corresponsável, este deverá constar na declaração, e apresentar a mesma documentação de habilitação do profissional principal. Caso contrário não será reconhecido posteriormente como tal.

4.13.5. O Responsável Técnico deverá atender aos chamados da DPE/PR e responder os questionamentos da fiscalização;

4.13.6. Anexar à Declaração de Responsabilidade Técnica, para o respectivo membro, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo respectivo Conselho Profissional, comprovando atuação em serviços similares ao objeto

⁵ O objeto deve ser acompanhado por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na resolução nº 218, do CONFEA, ou conselho de classe competente, que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais.

da licitação em suas especialidades, sendo a parte de maior relevância: serviços de manutenção de elevadores, em pelo menos 01 (um) equipamento.

4.13.7. A Certidão de Acervo Técnico especificado deverá ser do profissional titular e não da empresa.

4.13.8. Em caso de necessidade de substituição do Responsável Técnico, a qualquer momento, a CONTRATADA deverá protocolizar pedido formal à Fiscalização, acompanhado da Declaração solicitada e da documentação de qualificação do novo profissional, que deve ser equivalente ou superior às exigências do contrato, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.13.9. O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da empresa ou ter contrato como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. Independentemente da comprovação apresentada, o Responsável Técnico deverá constar na Certidão de registro da CONTRATADA perante o Conselho Profissional;

4.13.10. Caso a não possua em seu quadro ou como autônomo, o referido profissional, a mesma poderá apresentar uma declaração de promessa de contratação de profissional, juntamente com toda a documentação solicitada para que se permita aferição da qualificação do profissional a ser contratado caso a proponente seja a vencedora da licitação.

4.14. Requisitos da Prestação de Serviços

4.14.1. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

5. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

-
- 5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
 - 5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela licitante em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
 - 5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.
 - 5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.
 - 5.7. Após a assinatura do contrato, o início dos serviços somente será autorizado pela fiscalização mediante a entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente aos serviços de manutenção, com duração compatível ao período de vigência do contrato firmado. Os custos relacionados à emissão da ART são de responsabilidade da CONTRATADA.
 - 5.8. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

6. DO MODELO DE GESTÃO

- 6.1. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica: manutencao@defensoria.pr.def.br e serão expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura ou órgão competente.

6.2. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 7.3. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 7.4. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.
- 7.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.
- 8.2. Executar fielmente os serviços, de acordo com a Especificação Técnica, o plano de manutenção dos equipamentos, e ainda nos termos da Legislação que rege a matéria vigente, bem como em observância às cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e às normas e procedimentos técnicos e tudo o

mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

- 8.3. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.
- 8.4. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.
- 8.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos.
- 8.6. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.
- 8.6.1. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.
- 8.7. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.
- 8.8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução do serviço.
- 8.9. Responsabilizar-se por quaisquer vícios e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

-
- 8.10. A empresa CONTRATADA deverá comunicar a Defensoria Pública imediatamente e por escrito, toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 8.11. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início e da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 8.12. Quando acionada, a CONTRATADA deverá realizar as manutenções corretivas, substituindo e/ou reparando, conforme critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos necessários para recolocar os elevadores em condições normais de funcionamento.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios da DPE/PR informará à CONTRATADA a data de início da vigência contratual, bem como os dados de contato do (a) Gestor(a) e do(a) fiscal do contrato.
- 9.2. Os serviços de Manutenção integral preventiva, corretiva e chamados de emergência, objeto desta licitação, serão prestados com fornecimento e aplicação de peças, componentes e acessórios genuínos do respectivo fabricante, necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seus estados.
- 9.2.1. Deverão ser fornecidas e aplicadas todas as peças, componentes e acessórios que os elevadores necessitem para o seu perfeito funcionamento.
- 9.2.2. No caso de botoeiras, indicadores luminosos e lâmpadas, especificamente, a CONTRATADA deverá substituir a peça ou componente assim que for identificado o início da falha.
- 9.2.3. Estão excluídos deste contrato os serviços decorrentes de negligência, mau trato, uso indevido ou abusivo, agente externo (por exemplo umidade, poeira, gases, salinidade, variação de tensão elétrica, ferrugem, entre outros), caso fortuito ou força maior e ato ou omissão que não da CONTRATADA, bem como, acabamentos e revestimentos em geral, painéis de revestimento de

cabina, soleiras, monitor de tráfego, e a mão de obra necessária para aplicação das peças e componentes mencionados nesta cláusula, bem como outros serviços não abrangidos neste contrato.

9.3. A **Manutenção Preventiva** deverá incluir, no mínimo, os serviços de:

- 9.3.1. Inspeção regular da tensão dos cabos de aço;
- 9.3.2. Ajuste ou substituição dos patins;
- 9.3.3. Lubrificação;
- 9.3.4. Constantes vistorias na cabina e seus componentes, poço do equipamento e casa de máquinas;
- 9.3.5. Vistoria em interruptores, geradores, controles, placas eletrônicas, relés, contatos do sistema;
- 9.3.6. Revisão de peças como o motor e seus rolamentos, o sistema de freio da máquina, as polias e os cabos de tração.

9.4. A CONTRATADA deverá realizar **Manutenção Preventiva** mensal, com intervalo máximo de 40 dias entre as visitas, abrangendo todos os componentes dos elevadores, conforme o definido no Plano de Manutenção da CONTRATADA.

- 9.4.1. O prazo para execução dos serviços de manutenção preventiva não poderá ser prorrogado.

9.5. Os serviços requisitados pela CONTRATANTE, deverão ser realizados pela CONTRATADA em dias úteis e mediante agendamento, juntamente ao Fiscal do Contrato.

9.6. Em situações supervenientes de mobilização, perigo ou outros relevantes e que venham a prejudicar a rotina de trabalho da instituição, poderão excepcionalmente ser realizados em outros horários e para os quais deverá ser solicitada autorização prévia com antecedência mínima de 07 (sete) dias, salvo em casos emergenciais devidamente caracterizados e autorizados formalmente pela administração.

9.7. A CONTRATADA realizará a Manutenção Corretiva sempre que necessário, com ou sem solicitação da CONTRATANTE.

-
- 9.8. Caso seja solicitado pela CONTRATANTE, será aberto um chamado técnico pela DPE/PR, que será encaminhado no correio eletrônico disponibilizados pela CONTRATADA ou via sistema disponibilizado pela CONTRATADA;
- 9.8.1. A Manutenção Corretiva que envolva a encomenda e a troca de peças deverá ser atendida pela CONTRATADA no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de envio do chamado técnico ou da data de de conhecimento da necessidade. Caso seja uma peça de segurança do sistema, o prazo máximo será de 5 (cinco) dias úteis;
- 9.8.2. Para toda intervenção corretiva deverá a CONTRATADA emitir um Relatório detalhado dos serviços executados, identificando as peças trocadas.
- 9.9. O **Chamado de Emergência**, para o atendimento dos **elevadores parados**, deverá estar disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno;
- 9.9.1. O prazo máximo para a chegada do técnico será de 2,5h (duas horas e meia) após a solicitação da DPE/PR, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada;
- 9.10. O **Chamado de Emergência**, para o **resgate e/ ou remoção de pessoas** dos elevadores deverá estar disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno;
- 9.10.1. O prazo máximo para o resgate será de 30 (trinta) minutos após a solicitação da DPE/PR, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada;
- 9.10.2. O tempo para a chegada do técnico independe de qualquer interferência externa, tais como engarrafamentos, eventos festivos, políticos ou outras eventualidades;
- 9.11. A CONTRATADA se obrigará pelo fornecimento de todo o instrumental, ferramentas, equipamentos, materiais, mão-de-obra especializada e materiais de consumo necessários à execução dos serviços. Isso inclui, mas não se limita a:
- 9.11.1. Materiais de consumo: Materiais de limpeza, lubrificação, soldas, espumas para vedação, produtos de pintura, nitrogênio, oxigênio, acetileno, entre outros.

-
- 9.11.2. Equipamentos de segurança: equipamentos de proteção coletiva (EPC's) e equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados para garantir a segurança dos trabalhadores durante a execução dos serviços;
- 9.12. A CONTRATADA deverá apresentar seus funcionários devidamente identificados durante a realização dos serviços nas dependências da DPE/PR, incluindo nome completo, função exercida e nome da empresa;
- 9.13. Ao término dos serviços a CONTRATADA deverá entregar o local limpo dar a destinação correta a todos os resíduos gerados pela execução dos serviços;
- 9.14. Caso seja constatada qualquer desconformidade do objeto em relação às especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá efetuar a correção do serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados a partir da comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 9.15. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.
- 9.16. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução da totalidade do objeto contratual, sendo vedados recebimentos fracionados decorrentes de um mesmo pedido.
- 9.17. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.
- 9.18. O recebimento provisório ocorrerá no mesmo dia da execução dos serviços, e o recebimento definitivo, até 3 (três) dias úteis após o recebimento do Relatório Mensal do Serviço.
- 9.19. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os reparos, substituições e serviços necessários para assegurar o pleno uso dos objetos contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

-
- 9.20. Deverão ser emitidos, mensalmente, Relatórios de manutenção preventiva e corretiva.
- 9.21. A contratada deverá submeter-se à fiscalização periódica da DPE/PR, a qual, se constatar irregularidade nos serviços, adotará as providências necessárias para a sua normalização, assistindo inclusive ao contratante o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.
- 9.22. A CONTRATADA deverá manter telefone fixo e móvel disponível para contato durante o horário comercial, por meio do qual a fiscalização poderá se reportar sobre assuntos relacionados à execução dos serviços. O Responsável Técnico da empresa deverá atender imediatamente e fornecer todas as informações solicitadas, especialmente para questões que exijam sua intervenção direta.
- 9.23. A fiscalização poderá solicitar, a qualquer momento e por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.
- 9.24. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos, quando solicitado, ou aguardar autorização prévia para sua substituição, conforme critério da fiscalização.
- 9.25. A CONTRATADA deverá substituir peças defeituosas por peças genuinamente da OTIS, sem ônus adicionais para o contratante, garantindo a eliminação de defeitos. A instalação de peças não originais ou não homologados pela fabricante só será admitida se a fabricante não possuir tal peça no mercado nacional;
- 9.26. A CONTRATADA deverá efetuar testes de segurança, em conformidade com a legislação vigente e os critérios técnicos estabelecidos;
- 9.27. A CONTRATADA deverá fornecer manual sobre o uso correto dos elevadores, bem como treinamento para situações de emergência, como incêndio e saídas de emergência;
- 9.28. A CONTRATADA deverá providenciar sinalizações claras indicando o motivo da paralisação sempre que um elevador estiver parado para manutenção.

-
- 9.29. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no todo ou em parte, e dentro do prazo original, os serviços ou fornecimentos executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas ou imperfeições, ou recusados pelo CONTRATANTE, decorrentes de culpa da CONTRATADA, incluindo o uso de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior. Tais fatos não poderão ser invocadas para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo em relação a peças e serviços já recebidos pelo CONTRATANTE, cujas irregularidades venham a ser identificadas durante a aceitação ou dentro do prazo de garantia.
- 9.30. Em caso de necessidade de troca de peça, mediante prévia avaliação técnica, a CONTRATADA deverá utilizar exclusivamente peças, materiais e acessórios novos, de primeiro uso, originais da fabricante ou por esta atestados. Não será permitido o uso de itens reconicionados e do mercado paralelo.
- 9.31. A contratada ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da contratada, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da contratada;
- 9.32. A contratada deverá entregar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 12 (vinte e quatro) horas após a chegada da peça. Em caso de não possibilidade do cumprimento do prazo, deverá a contratada encaminhar justificativa escrita e fundamentada para a fiscalização que analisará a procedência da demanda;
- 9.33. A falta de peças de segurança não será considerada motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades por descumprimento de prazos.
- 9.34. Os serviços e materiais empregados deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT, às prescrições do fabricante e às normas internacionais consagradas, na ausência de normas nacionais;
- 9.35. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas referentes à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de

sinalização, proteção coletiva e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de desenvolvimento do curso, bem como identificá-los adequadamente.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A Licitante, a Adjudicatário e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

11.1. A CONTRATADA deverá cumprir os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados, conforme [Apêndice III](#).

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s), mediante depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

12.2.1. O pagamento será realizado mensalmente à CONTRATADA.

-
- 12.2.2. Os pagamentos serão efetuados conforme a aferição realizada pelo IMR, com descontos proporcionais em caso de notas fiscais com pontuação de infrações.
- 12.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;
- 12.4. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.
- 12.5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.
- 12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 12.7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.
- 12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.
- 12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.
- 12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

13.1. REAJUSTE DO CONTRATO

13.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de [XX/XX/XXXX] a [XX/XX/XXXX].

13.1.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCCM) acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE, as demais disposições relativas ao reequilíbrio econômico encontram-se em capítulo próprio do instrumento contratual.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. A aquisição dos produtos e serviços relacionados à manutenção de elevadores pode gerar resíduos e rejeitos potencialmente tóxicos e contaminantes ao meio ambiente. Para mitigar esses impactos, recomenda-se que o processo de contratação priorize a seleção de itens que atendam a critérios de

sustentabilidade ambiental, promovendo a redução do impacto negativo ao meio ambiente.

- 15.2. Conforme o Art. 49 do Decreto Estadual nº 4.993/2016 e outras normas vigentes, as empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando aplicável:
- 15.3. Utilizar produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.
- 15.4. Priorizar produtos biodegradáveis, atóxicos ou reciclados, sempre que possível.
- 15.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e energia elétrica;
- 15.6. Realizar treinamentos para os empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, visando a redução do consumo de água, energia e geração de resíduos sólidos.
- 15.7. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994 quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- 15.8. Respeitar os limites de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental vigente.
- 15.9. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- 15.10. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT sobre resíduos sólidos;
- 15.11. Prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme a Lei Estadual nº 16.075/2009, de 1º de abril de 2009.
- 15.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços.
- 15.13. Observar os preceitos da Lei Estadual nº 20.132/2020, que trata da reestruturação administrativa e de práticas sustentáveis no âmbito do Estado do Paraná.

-
- 15.14. Essas medidas estão alinhadas com o compromisso da DPE/PR de fomentar práticas sustentáveis em suas contratações.

16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023, Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.
- 16.2. Lei Federal n.º 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade): Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade;
- 16.3. Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- 16.4. Lei n.º 6.496, de 07 de dezembro de 1977 (Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia, e autoriza a criação pelo CONFEA de uma mútua Assistência Profissional);
- 16.5. Resolução CONAMA n.º 382/2006: Define limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para equipamentos e processos.
- 16.6. Resolução CONAMA n.º 01/1990: Estabelece critérios para emissão de ruídos, em conformidade com as Normas NBR 10.151 e NBR 10.152 da ABNT.
- 16.7. Lei Estadual n.º 16.075/2009: Regulamenta a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias.
- 16.8. Decreto Estadual n.º 4.993/2016: Estabelece diretrizes para práticas sustentáveis em contratações públicas no Paraná.
- 16.9. Norma Regulamentadora 18 (NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção): Aplicável aos serviços de manutenção que envolvam riscos laborais.

-
- 16.10. Norma Regulamentadora 12 (NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos): Define requisitos de segurança para operação e manutenção de equipamentos.
- 16.11. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. DO FORO

- 17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

APÊNDICE I - TERMO DE VISTORIA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

TERMO DE VISTORIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ / 202__ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO: Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento de peças, para a Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.

() Declaro, como responsável técnico designado pela empresa
_____ que visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes
ao PE supracitado, conforme indicados no Termo de Referência, estando ciente de todos os
detalhes do objeto de nossa proposta.

() Declaro, como responsável técnico designado pela empresa
_____ que NÃO visitamos o(s) local(ais) dos serviços
referentes à Inexigibilidade supracitada, conforme indicados no Termo de Referência, estando
ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria do objeto de nossa proposta.

Desse modo, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas
fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos
trabalhos a serem realizados de acordo com o Termo de Referência e demais documentos
instrutores.

_____, _____ de _____ de 202__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

NOME:

CREA/CAU nº:

APÊNDICE II - D.R.T.
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ / 202__ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO: Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento de peças, para os Elevadores instalado na Nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.

O abaixo assinado, _____, Identidade nº _____ e CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, por meio desta, indicar a V. Sas. o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), de acordo com a **Lei Federal nº 5.194/66 e com as Resoluções nº 218/1973 e nº 1025/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia**, bem como em conformidade com as disposições da **Lei Estadual 20.666/2021** e da **Lei Federal nº 14.133/2021**, que regulamentam as licitações e contratos administrativos no âmbito estadual e federal, respectivamente.

1. Responsável Técnico pelos serviços contratados:

Nome:

Conselho Profissional:

Assinatura:

2. Co-responsável(is) técnico ou vinculado pelos serviços contratados:

Nome:

Conselho Profissional:

Assinatura:

Os referidos responsáveis registrarão as Certificações pertinentes no respectivo Conselho Profissional, antes do início do serviço, ficando sujeito à aplicação de penalidade prevista na legislação vigente e no Termo de Referência da presente licitação.

Assinatura do representante legal

Assinatura do(s) responsável(is) técnico(s)

APÊNDICE III - I.M.R.
DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse o descumprimento de prazos contratuais. Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprimento do prazo estipulado para realização da manutenção preventiva periódica	1	Por dia útil de atraso por Ordem de Serviço
2	Descumprimento do prazo para apresentação de informações, relatórios ou laudos técnicos solicitados pela fiscalização ou previstos em contrato	1	Por solicitação/documento e por dia útil de atraso.
3	Não cumprimento do prazo para refazimento de serviços rejeitados pela fiscalização.	1	Por serviço/ Por dia útil de atraso
4	Atraso superior a 1 (uma) hora nos chamados de emergência de elevador parado (com ou sem passageiros)	5	Por hora completa de atraso

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará os descontos de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO	
Grau de Infração	Correspondência
Pontos Acumulados	% de liberação da nota fiscal
Até 5 pontos	Liberação total do valor da nota fiscal + NOTIFICAÇÃO
De 6 a 10 pontos	Liberação de 95% do valor da nota fiscal
De 11 a 15 pontos	Liberação de 90% do valor da nota fiscal
De 16 a 20 pontos	Liberação de 85% do valor da nota fiscal
De 21 a 25 pontos	Liberação de 80% do valor da nota fiscal
De 26 a 30 pontos	Liberação de 75% do valor da nota fiscal
Acima de 30 pontos	Liberação de 70% do valor da nota fiscal

APÊNDICE IV - SUBCONTRATAÇÃO

REQUERIMENTO E COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO N° ____/____

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo de contrato, apresentaremos cópias dos contratos.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Declaramos, também, ciência da responsabilidade integral por atos da subcontratada e a inexistência de qualquer vínculo entre esta última e a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ____ de _____ de 20__.

Representante Legal ou Procurador da Licitante

(nome e assinatura)

APÊNDICE V - FOTOS

Para auxiliar na elaboração das propostas, segue registro fotográfico dos Elevadores da Marca Otis instalados na Nova Sede Administrativa.





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Coordenadoria de Planejamento das Contratações





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Coordenadoria de Planejamento das Contratações





DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Defensoria Pública do Estado do Paraná
Coordenadoria de Planejamento das Contratações



Trilha de auditoria

Detalhes

NOME DO ARQUIVO 089.2025 - ETP - Manutenção Elevador Sede Nova - 21/10/2025, 16:08

STATUS ● Assinado

CARIMBO DE DATA/HORA DO STATUS 2025/10/21 19:11:26 UTC

Atividade



ENVIADO

carolina.bussmann@defensoria.pr.def.br **enviou** uma solicitação de assinatura para:

- Fernando Henrique Rodrigues Lobo (fernando.hlobo@defensoria.pr.def.br)
- Carolina de Medeiros Bussmann (carolina.bussmann@defensoria.pr.def.br)

2025/10/21 19:08:40 UTC



ASSINADO

Assinado por Carolina de Medeiros Bussmann (carolina.bussmann@defensoria.pr.def.br)

2025/10/21 19:11:26 UTC



ASSINADO

Assinado por Fernando Henrique Rodrigues Lobo (fernando.hlobo@defensoria.pr.def.br)

2025/10/21 19:10:52 UTC



CONCLUÍDO

Todos os signatários assinaram o documento e ele foi **concluído**

2025/10/21 19:11:26 UTC

O endereço de e-mail indicado acima para cada signatário está associado a uma Conta do Google e pode ser o e-mail principal ou secundário.

3) Termo de Referência e Aviso de Contratação Direta;

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa especializada em serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR.

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. Descrição da situação atual: atualmente, a DPE/PR não possui um contrato vigente para a manutenção dos elevadores instalados na Nova Sede Administrativa. Diante disso, torna-se necessária uma nova contratação para garantir a segurança e acessibilidade dos usuários.

1.2.2. Justificativa para as quantidades a serem contratadas: As quantidades foram definidas com base nas necessidades técnicas e operacionais dos elevadores da Nova Sede Administrativa. Serão realizadas 24 manutenções preventivas por ano (duas por mês) para garantir segurança e eficiência. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas conforme demanda. As quantidades consideram a experiência de contratações similares e as especificações técnicas do equipamento.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação: a contratação visa assegurar o pleno funcionamento dos elevadores instalados no imóvel em processo de desapropriação, a fim de se tornar a futura nova sede da Administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná, segurança, acessibilidade e conformidade com as normas técnicas.

1.2.4. Justificativa para o não parcelamento da contratação: A integralidade dos serviços, que compreende mão de obra especializada e fornecimento de peças, é fundamental para assegurar a eficiência e a qualidade da manutenção, evitando riscos de descontinuidade na execução. A contratação única assegura responsabilidade integral pela contratada, simplificando o controle e alinhando-se às necessidades da DPE/PR e às normas legais. Portanto, recomenda-se a não divisão do objeto, assegurando eficiência, qualidade e conformidade dos serviços.



1.3. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO SERVIÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO PARA 12 (DOZE) MESES
1	serviços de manutenção integral preventiva e corretiva, incluso chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 2 (dois) elevadores da marca OTIS. Modelo: 37SJ9737A 10 Paradas Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg. Local de Prestação de Serviços: Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP: 80030-000.	3557	MENSAL	12		

1.4. DETALHAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O Escopo dos serviços a serem prestados consistem detalhados a seguir:

1.4.1.1. **Manutenção Preventiva:** entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos sistemas, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas. A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, procedendo na mesma ocasião à inspeção, teste, lubrificação, regulagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnica, de todas as partes do equipamento, a fim de proporcionar aos elevadores um funcionamento eficiente, seguro e econômico;

1.4.1.2. **Manutenção Corretiva:** entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos em quaisquer dos componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos dos elevadores, mantendo-o em perfeito funcionamento. Consistirá no atendimento às solicitações do Contratante, sempre que houver paralisação do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças



ou para a correção de defeitos que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos;

1.4.1.3. **Chamados de Emergência:** os chamados de emergência são aqueles que acarretam dano iminente à integridade do patrimônio da DPE/PR ou ainda risco à integridade física das pessoas. Os procedimentos serão realizados em elevadores da fabricante Otis;

1.4.1.4. Os serviços a serem executados serão todos aqueles relativos à Manutenção Preventiva e Corretiva dos elevadores. Deverão ser prestados todos os serviços de assistência e suporte técnico em caráter preventivo e corretivo, através de um corpo técnico especializado, seguindo-se as normas vigentes e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante e da legislação, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos elevadores;

1.4.1.5. Equipamentos:

- 2 (dois) Elevadores elétricos de passageiros,
- Fabricante: OTIS;
- Modelo: 37SJ9737A
- 10 Paradas
- Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg.
- Local de Prestação de Serviços: Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP: 80030-000.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES

2.1. A presente contratação está em consonância com o Planejamento da DPE/PR, tendo sido incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) sob o número 089/2025¹.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação, de acordo com o inciso I do artigo 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.2. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que a demanda da presente contratação se trata da prestação de serviços continuados.

¹ <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Plano-de-Contratacao-Anual-PCA>

- 3.3. O critério de julgamento será o menor preço, uma vez que se trata de serviço de natureza comum e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado.
- 3.4. O critério de adjudicação será por item, tendo em vista não ser tecnicamente indicado e economicamente vantajoso o parcelamento do objeto, conforme justificado no item 1.2.4. deste Termo de Referência.
- 3.5. Será permitida a participação de consórcios na presente Dispensa de Licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.
- 3.6. À CONTRATADA será admitida a subcontratação parcial do objeto, restrita aos serviços de Serralheria.
- 3.6.1. Deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a subcontratada possui habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da licitante.
- 3.6.2. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, conforme **Apêndice IV**, juntamente com os documentos da subcontratada, e o contrato de subcontratação celebrado entre a contratada e a subcontratada.
- 3.6.3. O prazo para a entrega dos documentos descritos no item acima é de até 10 (dez) dias após a constatação de necessidade do serviço, devidamente manifestado junto à Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.
- 3.6.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 3.6.5. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.
- 3.6.6. A subcontratação sem observância do disciplinado neste termo, poderá ensejar motivo para rescisão contratual.



3.7. Não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.

3.8. Considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

4. REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

VISTORIA E AMOSTRA

4.1. É facultado a vistoria para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente Dispensa de Licitação.

4.1.1. Os proponentes poderão, a seu critério, realizar visita técnica aos locais para, tendo conhecimento das instalações, apresentarem cotação. Caso seja realizada a visita, deverá ser assinado o Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no **Apêndice I**, pelo técnico credenciado da empresa e por Membro ou Servidor da DPE/PR.

4.1.2. As vistorias deverão ser agendadas e realizadas até a data limite que anteceda a sessão pública da Dispensa Eletrônica, conforme definido no Aviso de licitação, de modo a assegurar tempo hábil para o conhecimento das condições locais e a correta elaboração das propostas.

4.1.3. Caso o proponente opte por não realizar visita, deverá ser assinado e apresentado o Termo de Vistoria, assinalando a opção que NÃO visitou o local dos serviços, estando ciente de todos os riscos inerentes à não vistoria do objeto da proposta, conforme modelo fornecido no **Apêndice I**, assumindo responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto da contratação, incluindo as condições físicas, técnicas e operacionais necessárias para a correta prestação dos serviços.

4.1.4. A vistoria, quando desejada pelo proponente, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta, através do e-mail: manutencao@defensoria.pr.def.br e realizada com o acompanhada de representante da DPE/PR, a ser indicado.

4.1.5. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

4.1.6. Para subsidiar a elaboração das propostas, consta registro fotográfico dos elevadores no **Apêndice V**.

4.2. Considerando a natureza do objeto em tela, não haverá necessidade de amostras.

DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.3. Para a empresa (qualificação técnico-operacional):



- 4.3.1. Em razão da natureza do objeto e da necessidade de garantir a adequada execução dos serviços, será exigida comprovação de experiência prévia da empresa em serviços similares, com prazo não superior a 12 meses, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 2413/25). Essa exigência visa mitigar riscos identificados na matriz de riscos e se mostra compatível com o porte e complexidade do serviço.
- 4.3.2. Apresentar 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica (ACT) em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda com empresa privada, com expressa comprovação de manutenção preventiva de, ao menos, 01 (um) elevador, pelo período consecutivo mínimo de 12 (doze) meses.
- 4.3.3. O proponente deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme modelo fornecido no **Apêndice II**, nomeando 01 (um) Responsável Técnico pela execução dos serviços de manutenção.
- 4.3.4. Para fins de análise da regularidade técnica da empresa, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação da Licitante, na forma da legislação vigente.
- 4.4. Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional):**
- 4.4.1. O objeto deve ter acompanhamento por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução nº 218, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais, ou do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), conforme o profissional responsável.
- 4.4.2. O Responsável Técnico deverá ser Engenheiro, devidamente registrado em conselho de classe.
- 4.4.3. O responsável pela realização dos serviços de manutenção poderá ser um técnico em mecânica, ou profissional equivalente, devidamente registrado em conselho de classe.
- 4.4.3.1. A comprovação do profissional responsável pela manutenção e da qualificação profissional da equipe da CONTRATADA será realizada por



documentação apresentada pela própria empresa, facultado à DPE/PR exigir, complementar e conferir tais documentos a qualquer tempo durante a vigência contratual.

4.4.3.2. A apresentação de registro por técnicos, quando houver, não substitui as exigências deste Termo quanto à responsabilidade técnica que demande profissional habilitado com ART no CREA, devendo a CONTRATADA observar integralmente o escopo de atribuições previsto em lei e regulamentos e manter cobertura técnica adequada para todas as atividades contratadas.

4.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica de acordo com a composição da equipe técnica, conforme modelo fornecido no **Apêndice II**.

4.4.4.1. A Declaração de Responsabilidade Técnica refere-se ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta Dispensa de Licitação, devendo estar disponível e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da DPE/PR.

4.4.5. Na formulação da Declaração, deve-se excluir referências à legislação federal que não seja pertinente ao conselho em que o profissional está inscrito, mantendo apenas as disposições aplicáveis;

4.4.6. Em caso de haver um segundo responsável técnico pela mesma obrigação, ou seja, como corresponsável, este deverá constar na declaração, e apresentar a mesma documentação de habilitação do profissional principal. Caso contrário não será reconhecido posteriormente como tal.

4.4.7. O Responsável Técnico deverá atender aos chamados da DPE/PR e responder os questionamentos da fiscalização;

4.4.8. Anexar à Declaração de Responsabilidade Técnica, para o respectivo membro, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo respectivo Conselho Profissional, comprovando atuação em serviços similares ao objeto da Dispensa de Licitação em suas especialidades, sendo a parte de maior relevância: **serviços de manutenção de elevadores, em pelo menos 01 (um) equipamento**.

4.4.9. A Certidão de Acervo Técnico especificado deverá ser do profissional titular e não da empresa.



- 4.4.10. Em caso de necessidade de substituição do Responsável Técnico, a qualquer momento, a CONTRATADA deverá protocolizar pedido formal à Fiscalização, acompanhado da Declaração solicitada e da documentação de qualificação do novo profissional, que deve ser equivalente ou superior às exigências do contrato, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.4.11. O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da empresa ou ter contrato como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. Independentemente da comprovação apresentada, o Responsável Técnico deverá constar na Certidão de registro da CONTRATADA perante o Conselho Profissional;
- 4.4.12. Caso a não possua em seu quadro ou como autônomo, o referido profissional, a mesma poderá apresentar uma declaração de promessa de contratação de profissional, juntamente com toda a documentação solicitada para que se permita aferição da qualificação do profissional a ser contratado caso a proponente seja a vencedora da Dispensa de Licitação.
- 4.4.13. Para demonstração de regularidade do profissional, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação do(s) Responsável(is) Técnico(s), na forma da legislação vigente
- 4.4.14. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de manutenção, nos termos e prazos definidos no item 5.7 deste Termo de Referência.

Da Habilitação e da verificação de impedimentos para contratação

- 4.5. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, serão considerados os seguintes documentos:
- 4.5.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- 4.5.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;
- 4.5.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;



- 4.5.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- 4.5.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.6. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
- 4.6.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - 4.6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - 4.6.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
 - 4.6.1.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
 - 4.6.1.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 5.1. Homologado o resultado da Dispensa de Licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.
- 5.2. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de licitação.
- 5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação da documentação necessária com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
- 5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela empresa em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
- 5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.
- 5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a empresa mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da Dispensa de Licitação.

5.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e **vigera por 12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios(CFIS).

6.2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) ou órgão competente, através do endereço eletrônico manutencao@defensoria.pr.def.br.

6.4. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais, através do endereço eletrônico: contratosdpp@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios - CFORM);

6.5. Quanto a pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais, através do endereço eletrônico: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios - CFIS);

6.6. O acompanhamento e fiscalização do contrato serão realizados pela fiscalização da CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

6.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.10. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.11. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos/serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da Dispensa de Licitação.

7.2. Executar fielmente os serviços, de acordo com a Especificação Técnica, o plano de manutenção dos equipamentos, e ainda nos termos da Legislação que rege a matéria vigente, bem como em observância às cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

7.3. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.

7.4. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Aviso de licitação e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

7.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos.

7.6. Apresentar e manter continuamente atualizado, caso for solicitado, os programas PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

7.7. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.

7.8. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

7.9. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

7.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução do serviço.

7.11. Responsabilizar-se por quaisquer vícios e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.12. A empresa CONTRATADA deverá comunicar a Defensoria Pública imediatamente e por escrito, toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.13. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início e da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.14. Quando acionada, a CONTRATADA deverá realizar as manutenções corretivas, substituindo e/ou reparando, conforme critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos necessários para recolocar os elevadores em condições normais de funcionamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.3. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.4. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

8.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução é empreitada por preço global.

9.2. Após a publicação da contratação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), a Coordenadoria de Formalização de Contratações e Convênios (CFORM) da DPE/PR informará à CONTRATADA a data de início da vigência contratual, bem como os dados de contato do(a) Gestor(a) e do(a) Fiscal do contrato.

9.2.1. A empresa contratada deverá estar apta para o início da execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação.

9.2.2. Somente será autorizado o início dos serviços pela fiscalização mediante a entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com duração compatível ao período de vigência do contrato firmado.

9.2.3. A não apresentação da ART até a data-limite prevista no item 9.2.1 impedirá a autorização de início e caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo Referência.

9.2.4. Os custos relacionados à emissão da ART são de responsabilidade da CONTRATADA.

9.3. Os serviços de Manutenção integral preventiva, corretiva e chamados de emergência, objeto desta Dispensa de Licitação, serão prestados com fornecimento e aplicação de peças, componentes e acessórios genuínos do respectivo fabricante ou originais desde que atendam aos mesmos padrões técnicos e de qualidade necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seus estados.

9.4. Deverão ser fornecidas e aplicadas todas as peças, componentes e acessórios que os elevadores necessitarem para o seu perfeito funcionamento.

9.5. No caso de botoeiras, indicadores luminosos e lâmpadas, especificamente, a CONTRATADA deverá substituir a peça ou componente assim que for identificado o início da falha.

9.6. Estão excluídos deste contrato o fornecimento de peças decorrentes de negligência, mau trato, uso indevido ou abusivo, agente externo (por exemplo umidade, poeira, gases, salinidade,



variação de tensão elétrica, ferrugem, entre outros), caso fortuito ou força maior e ato ou omissão que não da CONTRATADA, bem como, acabamentos e revestimentos em geral, painéis de revestimento de cabina, soleiras, monitor de tráfego e componentes mencionados nesta cláusula.

9.6.1. Nas hipóteses do item 9.6., caberá à CONTRATADA a apresentação de laudo técnico das peças defeituosas à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, de forma a comprovar as causas do defeito.

9.6.2. Nas hipóteses do item 9.6., após análise e aprovação do laudo técnico pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, caberá à Defensoria Pública do Estado do Paraná a aquisição das peças necessárias, cabendo à CONTRATADA a sua instalação, mediante o acionamento de manutenção corretiva do equipamento.

9.6.2.1. **O prazo para a realização do serviço corretivo será de 05 (cinco) dias úteis**, a partir do seu acionamento, tendo em vista que a peça necessária ao reparo do equipamento será disponibilizada pela própria Defensoria Pública.

9.7. **A Manutenção Preventiva** deverá incluir, no mínimo, os serviços de:

9.7.1. Inspeção regular da tensão dos cabos de aço;

9.7.2. Ajuste ou substituição dos patins;

9.7.3. Lubrificação;

9.7.4. Constantes vistorias na cabina e seus componentes, poço do equipamento e casa de máquinas;

9.7.5. Vistoria em interruptores, geradores, controles, placas eletrônicas, relés, contatos do sistema;

9.7.6. Revisão de peças como o motor e seus rolamentos, o sistema de freio da máquina, as polias e os cabos de tração.

9.8. A CONTRATADA deverá realizar **Manutenção Preventiva mensal, com intervalo máximo de 40 dias entre as visitas, abrangendo todos os componentes dos elevadores**, conforme o definido no Plano de Manutenção da CONTRATADA.

9.9. O prazo para execução dos serviços de manutenção preventiva não poderá ser prorrogado além do prazo constante no item 9.8.

9.10. Os serviços requisitados pela CONTRATANTE, deverão ser realizados pela CONTRATADA em dias úteis e mediante agendamento, juntamente ao Fiscal do Contrato.

9.11. Em situações supervenientes de mobilização, perigo ou outros relevantes e que venham a prejudicar a rotina de trabalho da instituição, poderão excepcionalmente ser realizados em outros horários e para os quais deverá ser solicitada autorização prévia com antecedência mínima de 07

(sete) dias, salvo em casos emergenciais devidamente caracterizados e autorizados formalmente pela administração.

9.12. A CONTRATADA realizará a **Manutenção Corretiva sempre que necessário**, com ou sem solicitação da CONTRATANTE.

9.13. Caso seja solicitado pela CONTRATANTE, será aberto um chamado técnico pela DPE/PR, que será encaminhado no correio eletrônico disponibilizados pela CONTRATADA ou via sistema disponibilizado pela CONTRATADA;

9.14. A **Manutenção Corretiva que envolva a encomenda e a troca de peças** deverá ser atendida pela CONTRATADA no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da data de envio do chamado técnico ou da data de conhecimento da necessidade. Caso seja uma **peça de segurança do sistema, o prazo máximo será de 5 (cinco) dias úteis**;

9.15. Para toda intervenção corretiva deverá a CONTRATADA emitir um Relatório detalhado dos serviços executados, identificando as peças trocadas.

9.16. O **Chamado de Emergência**, para o atendimento dos elevadores parados, deverá estar **disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia**, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno;

9.17. O **prazo máximo para a chegada do técnico será de 2,5h (duas horas e meia)** após a solicitação da DPE/PR, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada;

9.18. O **Chamado de Emergência, para o resgate e/ ou remoção de pessoas dos elevadores deverá estar disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia**, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno;

9.19. O **prazo máximo para o resgate será de 30 (trinta) minutos após a solicitação da DPE/PR**, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada;

9.20. A CONTRATADA se obrigará pelo fornecimento de todo o instrumental, ferramentas, equipamentos, materiais, mão-de-obra especializada e materiais de consumo necessários à execução dos serviços. Isso inclui, mas não se limita a:

9.20.1. Materiais de consumo: Materiais de limpeza, lubrificação, soldas, espumas para vedação, produtos de pintura, nitrogênio, oxigênio, acetileno, entre outros.

9.20.2. Equipamentos de segurança: equipamentos de proteção coletiva (EPC's) e equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados para garantir a segurança dos trabalhadores durante a execução dos serviços;



9.21. A CONTRATADA deverá apresentar seus funcionários devidamente identificados durante a realização dos serviços nas dependências da DPE/PR, incluindo nome completo, função exercida e nome da empresa;

9.22. Ao término dos serviços a CONTRATADA deverá entregar o local limpo dar a destinação correta a todos os resíduos gerados pela execução dos serviços;

9.23. Caso seja constatada qualquer desconformidade do objeto em relação às especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá efetuar a correção do serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados a partir da comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA.

9.24. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.25. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os reparos, substituições e serviços necessários para assegurar o pleno uso dos objetos contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9.25.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.26. Deverão ser emitidos, mensalmente, relatórios de manutenção preventiva e corretiva.

9.27. A contratada deverá submeter-se à fiscalização periódica da DPE/PR, a qual, se constatar irregularidade nos serviços, adotará as providências necessárias para a sua normalização, assistindo inclusive ao contratante o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

9.28. A CONTRATADA deverá manter telefone fixo e móvel disponível para contato durante o horário comercial, por meio do qual a fiscalização poderá se reportar sobre assuntos relacionados à execução dos serviços. O Responsável Técnico da empresa deverá atender imediatamente e fornecer todas as informações solicitadas, especialmente para questões que exijam sua intervenção direta.

9.29. A fiscalização poderá solicitar, a qualquer momento e por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.

9.30. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos, quando solicitado, ou aguardar autorização prévia para sua substituição, conforme critério da fiscalização.



- 9.31. A CONTRATADA deverá substituir peças defeituosas por peças genuinamente da OTIS ou originais desde que atendam aos mesmos padrões técnicos e de qualidade necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seus estados, sem ônus adicionais para o contratante, garantindo a eliminação de defeitos. A instalação de peças não originais ou não homologados pela fabricante só será admitida se a fabricante não possuir tal peça no mercado nacional;
- 9.32. A CONTRATADA deverá efetuar testes de segurança, em conformidade com a legislação vigente e os critérios técnicos estabelecidos;
- 9.33. A CONTRATADA deverá fornecer manual sobre o uso correto dos elevadores, bem como treinamento para situações de emergência, como incêndio e saídas de emergência;
- 9.34. A CONTRATADA deverá providenciar sinalizações claras indicando o motivo da paralisação sempre que um elevador estiver parado para manutenção.
- 9.35. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no todo ou em parte, e dentro do prazo original, os serviços ou fornecimentos executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas ou imperfeições, ou recusados pelo CONTRATANTE, decorrentes de culpa da CONTRATADA, incluindo o uso de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior. Tais fatos não poderão ser invocadas para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo em relação a peças e serviços já recebidos pelo CONTRATANTE, cujas irregularidades venham a ser identificadas durante a aceitação ou dentro do prazo de garantia.
- 9.36. Em caso de necessidade de troca de peça, mediante prévia avaliação técnica, a CONTRATADA deverá utilizar exclusivamente peças, materiais e acessórios novos, de primeiro uso, originais ou genuínos da fabricante ou por esta atestados. Não será permitido o uso de itens reconicionados e do mercado paralelo.
- 9.37. A contratada ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da contratada, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da contratada;
- 9.38. **A contratada deverá entregar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 12 (doze) horas após a chegada da peça.** Em caso de não possibilidade do cumprimento do prazo, deverá a contratada encaminhar justificativa escrita e fundamentada para a fiscalização que analisará a procedência da demanda;

9.39. A falta de peças de segurança não será considerada motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades por descumprimento de prazos.

9.40. Os serviços e materiais empregados deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT, às prescrições do fabricante e às normas internacionais consagradas, na ausência de normas nacionais;

9.41. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas referentes à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de sinalização, proteção coletiva e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de desenvolvimento do curso, bem como identificá-los adequadamente.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.42. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Referência e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

9.43. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

9.44. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento da documentação de cobrança, acompanhado, obrigatoriamente, do Relatório Mensal de Serviços correspondente ao período de competência.

9.44.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

9.45. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

9.45.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação da documentação de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que

possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

9.46. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.46.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 9.46, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

9.47. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.48. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9.49. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

10.2. A CONTRATADA deverá cumprir os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados, conforme **Apêndice III**.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. A aquisição dos produtos e serviços relacionados à manutenção de elevadores pode gerar resíduos e rejeitos potencialmente tóxicos e contaminantes ao meio ambiente. Para mitigar esses impactos, recomenda-se que o processo de contratação priorize a seleção de itens que atendam a



critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo a redução do impacto negativo ao meio ambiente.

11.2. Conforme o Art. 49 do Decreto Estadual nº 4.993/2016 e outras normas vigentes, as empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando aplicável:

11.3. Utilizar produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

11.4. Priorizar produtos biodegradáveis, atóxicos ou reciclados, sempre que possível.

11.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e energia elétrica;

11.6. Realizar treinamentos para os empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, visando a redução do consumo de água, energia e geração de resíduos sólidos.

11.7. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994 quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

11.8. Respeitar os limites de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental vigente.

11.9. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

11.10. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT sobre resíduos sólidos;

11.11. Prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme a Lei Estadual nº 16.075/2009, de 1º de abril de 2009.

11.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços.

11.13. Observar os preceitos da Lei Estadual nº 20.132/2020, que trata da reestruturação administrativa e de práticas sustentáveis no âmbito do Estado do Paraná.

11.14. Essas medidas estão alinhadas com o compromisso da DPE/PR de fomentar práticas sustentáveis em suas contratações.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal,



Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s), mediante depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

12.2.1. O pagamento será realizado mensalmente à CONTRATADA.

12.2.2. Os pagamentos serão efetuados conforme a aferição realizada pelo IMR, com descontos proporcionais em caso de notas fiscais com pontuação de infrações.

12.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;

12.4. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. As condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estão definidas em Contrato, observando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução DPG n.º 375/2023.

13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[XX/XX/XXXX] a [XX/XX/XXXX]**, conforme disposições do contrato.

13.3. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE, as demais disposições relativas ao reequilíbrio econômico encontram-se em capítulo próprio do instrumento contratual.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual, conforme Anexo IV, Art.18, §2º, I, da RES DPG 375/23.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas na minuta contratual de acordo com a Deliberação CSDP n.º 043/2023.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023, Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

16.2. Lei Federal n.º 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade): Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade;

16.3. Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

16.4. Lei n.º 6.496, de 07 de dezembro de 1977 (Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia, e autoriza a criação pelo CONFEA de uma mútua Assistência Profissional);

16.5. Resolução CONAMA n.º 382/2006: Define limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para equipamentos e processos.

16.6. Resolução CONAMA n.º 01/1990: Estabelece critérios para emissão de ruídos, em conformidade com as Normas NBR 10.151 e NBR 10.152 da ABNT.

16.7. Lei Estadual n.º 16.075/2009: Regulamenta a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias.

16.8. Decreto Estadual n.º 4.993/2016: Estabelece diretrizes para práticas sustentáveis em contratações públicas no Paraná.

16.9. Norma Regulamentadora 18 (NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção): Aplicável aos serviços de manutenção que envolvam riscos laborais.

16.10. Norma Regulamentadora 12 (NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos): Define requisitos de segurança para operação e manutenção de equipamentos.

16.11. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. FORO

17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2.



Nelson Cavalaro Junior

NELSON CAVALARO JUNIOR
Analista da Coordenadoria de Contratações

BRUNO CAMPOS FARIA

BRUNO CAMPOS FARIA
Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios - Coordenador

Rafaela Sena Stehling

RAFAELA SENA STEHLING
Coordenação de Serviços de Manutenções (CSM)
Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Aprova-se o presente Termo de Referência, conforme Resolução DPG n.º 522/2024, art. 4º, I.

Mathias Loch

MATHIAS LOCH
Diretor de Contratações



APÊNDICE I - TERMO DE VISTORIA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

TERMO DE VISTORIA

Dispensa Eletrônica ELETRÔNICO Nº _____ / 202__ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO: Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento de peças, para a Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.

() Declaro, como responsável técnico designado pela empresa

_____ que visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao objeto supracitado, conforme indicados no Termo de Referência, estando ciente de todos os detalhes do objeto de nossa proposta.

() Declaro, como responsável técnico designado pela empresa

_____ que NÃO visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao objeto supracitado, conforme indicados no Termo de Referência, estando ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria do objeto de nossa proposta.

Desse modo, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos a serem realizados de acordo com o Termo de Referência e demais documentos instrutores.

_____, _____ de _____ de 202__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

NOME:

CREA/CAU nº:

APÊNDICE II - D.R.T.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

Dispensa Eletrônica ELETRÔNICO Nº _____ / 202____ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO: Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento de peças, para os Elevadores instalado na Nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.

O abaixo assinado, _____, Identidade nº _____ e CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, por meio desta, indicar a V. Sas. o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), de acordo com a **Lei Federal nº 5.194/66 e com as Resoluções nº 218/1973 e nº 1025/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia**, bem como em conformidade com as disposições da **Lei Estadual 20.666/2021 e da Lei Federal nº 14.133/2021**, que regulamentam as licitações e contratos administrativos no âmbito estadual e federal, respectivamente.

1. Responsável Técnico pelos serviços contratados:

Nome:

Conselho Profissional:

Assinatura:

2. Co-responsável(is) técnico ou vinculado pelos serviços contratados:

Nome:

Conselho Profissional:

Assinatura:

Os referidos responsáveis registrarão as Certificações pertinentes no respectivo Conselho Profissional, antes do início do serviço, ficando sujeito à aplicação de penalidade prevista na legislação vigente e no Termo de Referência da presente Dispensa de Licitação.

Assinatura do representante legal

Assinatura do(s) responsável(is) técnico(s)



APÊNDICE III - I.M.R.

DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse o descumprimento de prazos contratuais. Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprimento do prazo estipulado para realização da manutenção preventiva periódica	1	Por dia útil de atraso por Ordem de Serviço
2	Descumprimento do prazo para apresentação de ART , informações, relatórios ou laudos técnicos solicitados pela fiscalização ou previstos em contrato	1	Por solicitação/documento e por dia útil de atraso.
3	Não cumprimento do prazo para refazimento de serviços rejeitados pela fiscalização.	1	Por serviço/ Por dia útil de atraso
4	Atraso superior a 1 (uma) hora nos chamados de emergência de elevador parado (com ou sem passageiros)	5	Por hora completa de atraso

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará os descontos de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO	
Grau de Infração	Correspondência
Pontos Acumulados	% de liberação da nota fiscal
Até 5 pontos	Liberação total do valor da nota fiscal + NOTIFICAÇÃO
De 6 a 10 pontos	Liberação de 95% do valor da nota fiscal
De 11 a 15 pontos	Liberação de 90% do valor da nota fiscal
De 16 a 20 pontos	Liberação de 85% do valor da nota fiscal
De 21 a 25 pontos	Liberação de 80% do valor da nota fiscal
De 26 a 30 pontos	Liberação de 75% do valor da nota fiscal



Acima de 30 pontos	Liberação de 70% do valor da nota fiscal
--------------------	--



APÊNDICE IV - SUBCONTRATAÇÃO

REQUERIMENTO E COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº ____/____

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo de contrato, apresentaremos cópias dos contratos.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Declaramos, também, ciência da responsabilidade integral por atos da subcontratada e a inexistência de qualquer vínculo entre esta última e a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ____ de _____ de 20__.

Representante Legal ou Procurador da Licitante

(nome e assinatura)

APÊNDICE V - FOTOS

Para auxiliar na elaboração das propostas, segue registro fotográfico dos Elevadores da Marca Otis instalados na Nova Sede Administrativa.















Audit trail

Details

FILE NAME	TR Manut de Elevadores_v2_231025 (DL).docx - 05/11/2025, 09:17
STATUS	 Signed
STATUS TIMESTAMP	2025/11/05 13:00:45 UTC

Activity

 SENT	nelson.cavalaro@defensoria.pr.def.br sent a signature request to: <ul style="list-style-type: none">Mathias Loch (mathias.loch@defensoria.pr.def.br)Nelson Cavalaro Junior (nelson.cavalaro@defensoria.pr.def.br)BRUNO CAMPOS FARIA (bruno.faria@defensoria.pr.def.br)Rafaela Sena Stehling (rafaela.stehling@defensoria.pr.def.br)	2025/11/05 12:17:50 UTC
 SIGNED	Signed by Rafaela Sena Stehling (rafaela.stehling@defensoria.pr.def.br)	2025/11/05 13:00:45 UTC
 SIGNED	Signed by BRUNO CAMPOS FARIA (bruno.faria@defensoria.pr.def.br)	2025/11/05 12:21:55 UTC
 SIGNED	Signed by Nelson Cavalaro Junior (nelson.cavalaro@defensoria.pr.def.br)	2025/11/05 12:18:40 UTC
 SIGNED	Signed by Mathias Loch (mathias.loch@defensoria.pr.def.br)	2025/11/05 12:27:39 UTC
 COMPLETED	This document has been signed by all signers and is complete	2025/11/05 13:00:45 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 90021/2025

SEI N.º 25.0.000008703-6

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE/PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por Mathias Loch, que assina o aviso de contratação, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, art. 75, inciso II, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90021/2025, tendo por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, de acordo com as condições constantes do presente aviso de contratação e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

DATA DA SESSÃO	19/11/2025
HORÁRIO DA FASE DE LANCES	08:00 às 14:00
LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO

2. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de empresa especializada em serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, de acordo com os termos e especificações deste aviso de contratação e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes neste aviso de contratação, prevalecerão as últimas.

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 30.240,00 (trinta mil, duzentos e quarenta reais), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na dispensa eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do fornecedor ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.4. O fornecedor se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da dispensa eletrônica por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. Incumbirá aos fornecedores acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

4.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

DA PARTICIPAÇÃO

4.7. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

4.7.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicafe, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

4.7.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

4.8. Poderão participar as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da contratação e que atenderem a todas as exigências constantes deste aviso de contratação e seus anexos.

4.9. Poderão participar desta Dispensa de Licitação **PREFERENCIALMENTE** as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

4.10. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.12. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n.º 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso de contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da participante.

4.13. Para a participação no certame, a participante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

5.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras

eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no aviso de contratação, não sendo permitido ofertar quantidades inferiores aos totais previstos para cada item.

5.1.1. A participante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no aviso de contratação para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

5.2. A participante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) o valor total do item referente a manutenção de 2 elevadores;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do aviso de contratação que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a participante e a contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

5.5. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da participante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. As propostas das participantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste no aviso de contratação, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

5.8. No cadastramento da proposta inicial, a participante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no aviso de contratação e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc.

III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.9. A participante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.10.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

5.10.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a participante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.11. A falsidade da declaração sujeitará a participante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e neste aviso de contratação.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a participante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2. Será desclassificada a proposta que identifique a participante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste aviso de contratação.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o

agente de contratação e as participantes.

6.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste aviso de contratação, salvo comunicação do agente de contratação em contrário.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Iniciada a etapa competitiva, as participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.3. As participantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no aviso de contratação direta.

7.4. A participante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 25,00.

7.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

7.7. Durante todo o transcurso da sessão pública, as participantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da participante.

7.8. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a participante desistente às penalidades constantes deste aviso de contratação e da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

7.9.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7.9.2. As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.9.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada no prazo de 5 (cinco) minutos.

7.9.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais

participantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.9.5. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, no caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

8.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

8.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

8.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do aviso de contratação direta, devendo ser negociado visando obtenção de melhor condição.

8.4. Após a negociação, será iniciada a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

9.1. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao último lance ofertado ou ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

9.1.1. A arrematante deverá enviar a proposta, por meio de campo próprio do sistema, até o dia útil seguinte ao da abertura da sessão, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo II.

9.1.2. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

9.1.3. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail compras@defensoria.pr.def.br, nessa hipótese, será informado no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais participantes

interessados.

9.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste aviso de contratação, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

9.1.5. Poderá ser solicitado ao proponente a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos complementares que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

9.2. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela participante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

9.3. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pelo agente de contratação.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O critério de julgamento da presente contratação é o menor preço.

10.1.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

10.2. No julgamento o agente de contratação poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

10.3. O agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da participante que ela seja demonstrada, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

10.4. O agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE/PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do aviso de contratação direta, objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

11.5. Será desclassificada a proposta:

a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;

b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste aviso de contratação, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais participantes;

c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da proponente, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

- d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo I, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste aviso;
- f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;
- g) que contiver vício insanável;
- h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

10.5. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este aviso de contratação, podendo o agente de contratação negociar com a participante para que sejam obtidas melhores condições.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Documentos relativos à habilitação jurídica

11.1.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

11.1.2. cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

11.2. Documentos relativos à qualificação Técnica

11.2.1. Para a empresa (qualificação técnico-operacional):

11.2.1.1. Em razão da natureza do objeto e da necessidade de garantir a adequada execução dos serviços, será exigida comprovação de experiência prévia da empresa em serviços similares, com prazo não superior a 12 meses, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão no 2413/25). Essa exigência visa mitigar riscos identificados na matriz de riscos e se mostra compatível com o porte e complexidade do serviço.

11.2.1.2. **Apresentar 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica (ACT) em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda com empresa privada, com expressa comprovação de manutenção preventiva de, ao menos, 01 (um) elevador, pelo período consecutivo mínimo de 12 (doze) meses.**

11.2.1.3. O proponente deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme modelo fornecido no Apêndice II do Termo de Referência, nomeando 01 (um) Responsável Técnico pela execução dos serviços de manutenção.

11.2.1.4. Para fins de análise da regularidade técnica da empresa, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação da Licitante, na forma da legislação vigente.

11.2.2. Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional):

11.2.2.1. O objeto deve ter acompanhamento por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução no 218, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais, ou do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), conforme o profissional responsável.

11.2.2.2. O Responsável Técnico deverá ser Engenheiro, devidamente registrado em conselho de classe.

11.2.2.3. O responsável pela realização dos serviços de manutenção poderá ser um técnico em mecânica, ou profissional equivalente, devidamente registrado em conselho de classe.

11.2.2.3.1. A comprovação do profissional responsável pela manutenção e da qualificação profissional da equipe da CONTRATADA será realizada por documentação apresentada pela própria empresa, facultado à DPE/PR exigir, complementar e conferir tais documentos a qualquer tempo durante a vigência contratual.

11.2.2.3.2. A apresentação de registro por técnicos, quando houver, não substitui as exigências deste Termo quanto à responsabilidade técnica que demande profissional habilitado com ART no CREA, devendo a CONTRATADA observar integralmente o escopo de atribuições previsto em lei e regulamentos e manter cobertura técnica adequada para todas as atividades contratadas.

11.2.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica de acordo com a composição da equipe técnica, conforme modelo fornecido no Apêndice II do Termo de Referência.

11.2.2.4.1. A Declaração de Responsabilidade Técnica refere-se ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta Dispensa de Licitação, devendo estar disponível e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da DPE/PR.

11.2.2.5. Na formulação da Declaração, deve-se excluir referências à legislação federal que não seja pertinente ao conselho em que o profissional está inscrito, mantendo apenas as disposições aplicáveis;

11.2.2.6. Em caso de haver um segundo responsável técnico pela mesma obrigação, ou seja, como corresponsável, este deverá constar na declaração, e apresentar a mesma documentação de habilitação do profissional principal. Caso contrário não será reconhecido posteriormente como tal.

11.2.2.7. O Responsável Técnico deverá atender aos chamados da DPE/PR e responder os questionamentos da fiscalização;

11.2.2.8. Anexar à Declaração de Responsabilidade Técnica, para o respectivo membro, a **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** expedida pelo respectivo Conselho Profissional, comprovando atuação em serviços similares ao objeto da Dispensa de Licitação em suas especialidades, sendo a parte de maior relevância: **serviços de manutenção de elevadores, em pelo menos 01 (um) equipamento.**

11.2.2.9. A Certidão de Acervo Técnico especificado deverá ser do profissional titular e não da empresa.

11.2.2.10. Em caso de necessidade de substituição do Responsável Técnico, a qualquer momento, a CONTRATADA deverá protocolizar pedido formal à Fiscalização, acompanhado da Declaração solicitada e da documentação de

qualificação do novo profissional, que deve ser equivalente ou superior às exigências do contrato, conforme as diretrizes da Lei Federal no 14.133/2021.

11.2.2.11. O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da empresa ou ter contrato como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. Independentemente da comprovação apresentada, o Responsável Técnico deverá constar na Certidão de registro da CONTRATADA perante o Conselho Profissional;

11.2.2.12. Caso a não possua em seu quadro ou como autônomo, o referido profissional, a mesma poderá apresentar uma declaração de promessa de contratação de profissional, juntamente com toda a documentação solicitada para que se permita aferição da qualificação do profissional a ser contratado caso a proponente seja a vencedora da Dispensa de Licitação.

11.2.2.13. Para demonstração de regularidade do profissional, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação do(s) Responsável(is) Técnico(s), na forma da legislação vigente.

11.3. Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:

11.3.1. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

11.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC);

11.3.1.2. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

11.3.1.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;

11.3.1.4. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;

11.3.1.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;

11.3.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

11.3.1.7. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).

11.3.2. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

11.3.2.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF);

11.3.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

11.3.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;

11.3.2.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;

11.3.2.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

11.4. Documentos relativos à qualificação Econômico-Financeira

11.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

12.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

12.1.1. Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

12.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da dispensa eletrônica com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

12.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste aviso de contratação e seus anexos.

12.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

12.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do aviso de contratação pela arrematante, o agente de contratação a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a dispensa de licitação.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

13.1. A presente contratação será formalizada mediante Termo de Contrato.

13.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contados da sua publicação no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria

Pública do Estado do Paraná (DEDPR), prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DA VISTORIA E AMOSTRA

14.1. É facultado a vistoria para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente Dispensa de Licitação.

14.1.1. Os proponentes poderão, a seu critério, realizar visita técnica aos locais para, tendo conhecimento das instalações, apresentarem cotação. Caso seja realizada a visita, deverá ser assinado o Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no **Apêndice I do Termo de Referência**, pelo técnico credenciado da empresa e por Membro ou Servidor da DPE/PR.

14.1.2. As vistorias deverão ser agendadas e realizadas até a data limite que anteceda a sessão pública da Dispensa Eletrônica, conforme definido no Aviso de licitação, de modo a assegurar tempo hábil para o conhecimento das condições locais e a correta elaboração das propostas.

14.1.3. Caso o proponente opte por não realizar visita, deverá ser assinado e apresentado o Termo de Vistoria, assinalando a opção que NÃO visitou o local dos serviços, estando ciente de todos os riscos inerentes à não vistoria do objeto da proposta, conforme modelo fornecido no **Apêndice I do Termo de Referência**, assumindo responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto da contratação, incluindo as condições físicas, técnicas e operacionais necessárias para a correta prestação dos serviços.

14.1.4. A vistoria, quando desejada pelo proponente, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta, através do e-mail: manutencao@defensoria.pr.def.br e realizada com o acompanhamento de representante da DPE/PR, a ser indicado.

14.1.5. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

14.1.6. Para subsidiar a elaboração das propostas, consta registro fotográfico dos elevadores no **Apêndice V do Termo de Referência**.

14.2. Considerando a natureza do objeto em tela, não haverá necessidade de amostras.

15. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

15.1. As participantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da dispensa eletrônica e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

16. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no

Termo de Referência.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A participante ou o interessado em participar da presente contratação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei n.º 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

17.2. Todas as referências de tempo deste aviso de contratação correspondem ao horário de Brasília-DF.

17.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste aviso, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

17.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste aviso de contratação, salvo comunicação do agente de contratação em contrário.

17.5. É facultado ao agente de contratação, agente de contratação, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da dispensa eletrônica.

- a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela participante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;
- b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;
- c) convocar participantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;
- d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

17.6. O participante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) agente de contratação ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

17.7. O agente de contratação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento, inclusive solicitar pareceres.

17.8. A realização da dispensa eletrônica não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei

Federal n.º 14.133, de 2021.

17.9. O presente aviso de contratação e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta contratação.

17.10. As normas disciplinadoras da dispensa eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do participante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

17.13. Acompanham o presente aviso de contratação direta e dele constituem parte integrante os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL

Curitiba, data da assinatura digital.

Mathias Loch

MATHIAS LOCH

Diretor de Contratações

Audit trail

Details

FILE NAME	1.Aviso de Dispensa de Licitação - SPC - Manut Elevador - 13/11/2025, 12:41
STATUS	● Signed
STATUS TIMESTAMP	2025/11/13 16:03:37 UTC

Activity

 SENT	nelson.cavalaro@defensoria.pr.def.br sent a signature request to: <ul style="list-style-type: none">Mathias Loch (mathias.loch@defensoria.pr.def.br)	2025/11/13 15:41:20 UTC
 SIGNED	Signed by Mathias Loch (mathias.loch@defensoria.pr.def.br)	2025/11/13 16:03:37 UTC
 COMPLETED	This document has been signed by all signers and is complete	2025/11/13 16:03:37 UTC

The email address indicated above for each signer may be associated with a Google account, and may either be the primary email address or secondary email address associated with that account.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa especializada em serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR.

1.2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

1.2.1. Descrição da situação atual: atualmente, a DPE/PR não possui um contrato vigente para a manutenção dos elevadores instalados na Nova Sede Administrativa. Diante disso, torna-se necessária uma nova contratação para garantir a segurança e acessibilidade dos usuários.

1.2.2. Justificativa para as quantidades a serem contratadas: As quantidades foram definidas com base nas necessidades técnicas e operacionais dos elevadores da Nova Sede Administrativa. Serão realizadas 24 manutenções preventivas por ano (duas por mês) para garantir segurança e eficiência. As manutenções corretivas e emergenciais serão executadas conforme demanda. As quantidades consideram a experiência de contratações similares e as especificações técnicas do equipamento.

1.2.3. Resultados esperados com a contratação: a contratação visa assegurar o pleno funcionamento dos elevadores instalados no imóvel em processo de desapropriação, a fim de se tornar a futura nova sede da Administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná, segurança, acessibilidade e conformidade com as normas técnicas.

1.2.4. Justificativa para o não parcelamento da contratação: A integralidade dos serviços, que compreende mão de obra especializada e fornecimento de peças, é fundamental para assegurar a eficiência e a qualidade da manutenção, evitando riscos de descontinuidade na execução. A contratação única assegura responsabilidade integral pela contratada, simplificando o controle e alinhando-se às necessidades da DPE/PR e às normas legais. Portanto, recomenda-se a não divisão do objeto, assegurando eficiência, qualidade e conformidade dos serviços.



1.3. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO SERVIÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO MENSAL	VALOR TOTAL MÁXIMO PARA 12 (DOZE) MESES
1	serviços de manutenção integral preventiva e corretiva, incluso chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 2 (dois) elevadores da marca OTIS. Modelo: 37SJ9737A 10 Paradas Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg. Local de Prestação de Serviços: Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP: 80030-000.	3557	MENSAL	12	R\$2.520,00	R\$ 30.240,00

1.4. DETALHAMENTO DO OBJETO

1.4.1. O Escopo dos serviços a serem prestados consistem detalhados a seguir:

1.4.1.1. **Manutenção Preventiva:** entende-se por manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações dos sistemas, mantendo-as em perfeito estado de funcionamento e conservação, conforme especificado em projeto, manuais e normas técnicas específicas. A manutenção preventiva deverá ser realizada mensalmente, procedendo na mesma ocasião à inspeção, teste, lubrificação, regulagem e pequenos reparos no local, de acordo com a necessidade técnica, de todas as partes do equipamento, a fim de proporcionar aos elevadores um funcionamento eficiente, seguro e econômico;

1.4.1.2. **Manutenção Corretiva:** entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos em quaisquer dos componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos dos elevadores, mantendo-o em perfeito funcionamento. Consistirá no atendimento às solicitações do Contratante, sempre que houver paralisação do equipamento, ou quando for detectada a necessidade de recuperação, substituição de peças



ou para a correção de defeitos que venham a prejudicar o funcionamento de quaisquer dos equipamentos;

1.4.1.3. **Chamados de Emergência:** os chamados de emergência são aqueles que acarretam dano iminente à integridade do patrimônio da DPE/PR ou ainda risco à integridade física das pessoas. Os procedimentos serão realizados em elevadores da fabricante Otis;

1.4.1.4. Os serviços a serem executados serão todos aqueles relativos à Manutenção Preventiva e Corretiva dos elevadores. Deverão ser prestados todos os serviços de assistência e suporte técnico em caráter preventivo e corretivo, através de um corpo técnico especializado, seguindo-se as normas vigentes e com a utilização de ferramentas apropriadas, de acordo com as recomendações do fabricante e da legislação, de modo a garantir a conservação e o perfeito funcionamento dos elevadores;

1.4.1.5. Equipamentos:

- 2 (dois) Elevadores elétricos de passageiros,
- Fabricante: OTIS;
- Modelo: 37SJ9737A
- 10 Paradas
- Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg.
- Local de Prestação de Serviços: Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP: 80030-000.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES

2.1. A presente contratação está em consonância com o Planejamento da DPE/PR, tendo sido incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) sob o número 089/2025¹.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação, de acordo com o inciso I do artigo 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.2. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), uma vez que a demanda da presente contratação se trata da prestação de serviços continuados.

¹ <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Plano-de-Contratacao-Anual-PCA>

3.3. O critério de julgamento será o menor preço, uma vez que se trata de serviço de natureza comum e com padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva por meio de especificações usuais do mercado.

3.4. O critério de adjudicação será por item, tendo em vista não ser tecnicamente indicado e economicamente vantajoso o parcelamento do objeto, conforme justificado no item 1.2.4. deste Termo de Referência.

3.5. Será permitida a participação de consórcios na presente Dispensa de Licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.6. À CONTRATADA será admitida a subcontratação parcial do objeto, restrita aos serviços de Serralheria.

3.6.1. Deverá ser previamente autorizada pela DPE/PR, mediante apresentação de pedido formal e os documentos capazes de demonstrar que a subcontratada possui habilitação fiscal, trabalhista e jurídica, bem como qualificação técnica para os serviços subcontratados, nos mesmos limites exigidos na habilitação da licitante.

3.6.2. O requerimento de subcontratação deve ser realizado mediante apresentação da Declaração de Compromisso de Subcontratação, conforme **Apêndice IV**, juntamente com os documentos da subcontratada, e o contrato de subcontratação celebrado entre a contratada e a subcontratada.

3.6.3. O prazo para a entrega dos documentos descritos no item acima é de até 10 (dez) dias após a constatação de necessidade do serviço, devidamente manifestado junto à Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA). A DPE/PR terá o prazo de 10 (dez) dias para homologar a subcontratação.

3.6.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.6.5. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

3.6.6. A subcontratação sem observância do disciplinado neste termo, poderá ensejar motivo para rescisão contratual.



3.7. Não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Lei n.º 11.488/2007.

3.8. Considerando o objeto da contratação, não há direito de preferência.

4. REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

VISTORIA E AMOSTRA

4.1. É facultado a vistoria para o dimensionamento e elaboração da proposta para a presente Dispensa de Licitação.

4.1.1. Os proponentes poderão, a seu critério, realizar visita técnica aos locais para, tendo conhecimento das instalações, apresentarem cotação. Caso seja realizada a visita, deverá ser assinado o Termo de Vistoria, conforme modelo fornecido no **Apêndice I**, pelo técnico credenciado da empresa e por Membro ou Servidor da DPE/PR.

4.1.2. As vistorias deverão ser agendadas e realizadas até a data limite que anteceda a sessão pública da Dispensa Eletrônica, conforme definido no Aviso de licitação, de modo a assegurar tempo hábil para o conhecimento das condições locais e a correta elaboração das propostas.

4.1.3. Caso o proponente opte por não realizar visita, deverá ser assinado e apresentado o Termo de Vistoria, assinalando a opção que NÃO visitou o local dos serviços, estando ciente de todos os riscos inerentes à não vistoria do objeto da proposta, conforme modelo fornecido no **Apêndice I**, assumindo responsabilidade pelo pleno conhecimento do objeto da contratação, incluindo as condições físicas, técnicas e operacionais necessárias para a correta prestação dos serviços.

4.1.4. A vistoria, quando desejada pelo proponente, deverá ser agendada previamente ao envio da proposta, através do e-mail: manutencao@defensoria.pr.def.br e realizada com o acompanhada de representante da DPE/PR, a ser indicado.

4.1.5. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

4.1.6. Para subsidiar a elaboração das propostas, consta registro fotográfico dos elevadores no **Apêndice V**.

4.2. Considerando a natureza do objeto em tela, não haverá necessidade de amostras.

DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.3. Para a empresa (qualificação técnico-operacional):



- 4.3.1. Em razão da natureza do objeto e da necessidade de garantir a adequada execução dos serviços, será exigida comprovação de experiência prévia da empresa em serviços similares, com prazo não superior a 12 meses, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Acórdão nº 2413/25). Essa exigência visa mitigar riscos identificados na matriz de riscos e se mostra compatível com o porte e complexidade do serviço.
- 4.3.2. Apresentar 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica (ACT) em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado para órgão público, ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, em qualquer esfera, ou ainda com empresa privada, com expressa comprovação de manutenção preventiva de, ao menos, 01 (um) elevador, pelo período consecutivo mínimo de 12 (doze) meses.
- 4.3.3. O proponente deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme modelo fornecido no **Apêndice II**, nomeando 01 (um) Responsável Técnico pela execução dos serviços de manutenção.
- 4.3.4. Para fins de análise da regularidade técnica da empresa, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação da Licitante, na forma da legislação vigente.
- 4.4. Para o Responsável Técnico (qualificação técnico-profissional):**
- 4.4.1. O objeto deve ter acompanhamento por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na Resolução nº 218, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), que dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais, ou do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), conforme o profissional responsável.
- 4.4.2. O Responsável Técnico deverá ser Engenheiro, devidamente registrado em conselho de classe.
- 4.4.3. O responsável pela realização dos serviços de manutenção poderá ser um técnico em mecânica, ou profissional equivalente, devidamente registrado em conselho de classe.
- 4.4.3.1. A comprovação do profissional responsável pela manutenção e da qualificação profissional da equipe da CONTRATADA será realizada por



documentação apresentada pela própria empresa, facultado à DPE/PR exigir, complementar e conferir tais documentos a qualquer tempo durante a vigência contratual.

4.4.3.2. A apresentação de registro por técnicos, quando houver, não substitui as exigências deste Termo quanto à responsabilidade técnica que demande profissional habilitado com ART no CREA, devendo a CONTRATADA observar integralmente o escopo de atribuições previsto em lei e regulamentos e manter cobertura técnica adequada para todas as atividades contratadas.

4.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar a Declaração de Responsabilidade Técnica de acordo com a composição da equipe técnica, conforme modelo fornecido no **Apêndice II**.

4.4.4.1. A Declaração de Responsabilidade Técnica refere-se ao compromisso de participação de pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declare que participará, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta Dispensa de Licitação, devendo estar disponível e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização da DPE/PR.

4.4.5. Na formulação da Declaração, deve-se excluir referências à legislação federal que não seja pertinente ao conselho em que o profissional está inscrito, mantendo apenas as disposições aplicáveis;

4.4.6. Em caso de haver um segundo responsável técnico pela mesma obrigação, ou seja, como corresponsável, este deverá constar na declaração, e apresentar a mesma documentação de habilitação do profissional principal. Caso contrário não será reconhecido posteriormente como tal.

4.4.7. O Responsável Técnico deverá atender aos chamados da DPE/PR e responder os questionamentos da fiscalização;

4.4.8. Anexar à Declaração de Responsabilidade Técnica, para o respectivo membro, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo respectivo Conselho Profissional, comprovando atuação em serviços similares ao objeto da Dispensa de Licitação em suas especialidades, sendo a parte de maior relevância: **serviços de manutenção de elevadores, em pelo menos 01 (um) equipamento**.

4.4.9. A Certidão de Acervo Técnico especificado deverá ser do profissional titular e não da empresa.



- 4.4.10. Em caso de necessidade de substituição do Responsável Técnico, a qualquer momento, a CONTRATADA deverá protocolizar pedido formal à Fiscalização, acompanhado da Declaração solicitada e da documentação de qualificação do novo profissional, que deve ser equivalente ou superior às exigências do contrato, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.4.11. O profissional Responsável Técnico deverá comprovar pertencer ao quadro permanente da empresa ou ter contrato como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT. Independentemente da comprovação apresentada, o Responsável Técnico deverá constar na Certidão de registro da CONTRATADA perante o Conselho Profissional;
- 4.4.12. Caso a não possua em seu quadro ou como autônomo, o referido profissional, a mesma poderá apresentar uma declaração de promessa de contratação de profissional, juntamente com toda a documentação solicitada para que se permita aferição da qualificação do profissional a ser contratado caso a proponente seja a vencedora da Dispensa de Licitação.
- 4.4.13. Para demonstração de regularidade do profissional, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando a regularidade da situação do(s) Responsável(is) Técnico(s), na forma da legislação vigente
- 4.4.14. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de manutenção, nos termos e prazos definidos no item 9.2 deste Termo de Referência.

Da Habilitação e da verificação de impedimentos para contratação

- 4.5. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, serão considerados os seguintes documentos:
- 4.5.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- 4.5.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital;
- 4.5.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal;

- 4.5.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- 4.5.6. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.6. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:
- 4.6.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
 - 4.6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - 4.6.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade;
 - 4.6.1.4. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná;
 - 4.6.1.5. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

- 5.1. Homologado o resultado da Dispensa de Licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.
- 5.2. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de licitação.
- 5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal da licitante, ou por mandatário mediante a apresentação da documentação necessária com firma reconhecida outorgada por representante legal da licitante.
- 5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pela empresa em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento licitatório.
- 5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.
- 5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a empresa mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da Dispensa de Licitação.



5.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR) e **vigera por 12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios(CFIS).

6.2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício e/ou correspondência eletrônica e serão expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) ou órgão competente, através do endereço eletrônico manutencao@defensoria.pr.def.br.

6.4. Quanto à gestão contratual, como reajuste, reequilíbrio econômico financeiro, prorrogação, alterações e rescisão contratuais, através do endereço eletrônico: contratosdpp@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios - CFORM);

6.5. Quanto a pagamentos e demais encargos, verificação de nota débito e certidões, esclarecimento sobre cumprimento de cláusulas contratuais, através do endereço eletrônico: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios - CFIS);

6.6. O acompanhamento e fiscalização do contrato serão realizados pela fiscalização da CONTRATANTE.

6.7. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por intermédio da fiscalização contratual.

6.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

6.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.10. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.11. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos/serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. De acordo com o inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá ser de ramo de atividade compatível com o objeto da Dispensa de Licitação.

7.2. Executar fielmente os serviços, de acordo com a Especificação Técnica, o plano de manutenção dos equipamentos, e ainda nos termos da Legislação que rege a matéria vigente, bem como em observância às cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

7.3. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.

7.4. Executar os serviços objeto da contratação com perfeição, conforme especificações, prazo e local constantes no Aviso de licitação e seus anexos, apresentando a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

7.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos.

7.6. Apresentar e manter continuamente atualizado, caso for solicitado, os programas PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

7.7. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.

7.8. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

7.9. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

7.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução do serviço.

7.11. Responsabilizar-se por quaisquer vícios e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.12. A empresa CONTRATADA deverá comunicar a Defensoria Pública imediatamente e por escrito, toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.13. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início e da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.14. Quando acionada, a CONTRATADA deverá realizar as manutenções corretivas, substituindo e/ou reparando, conforme critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos necessários para recolocar os elevadores em condições normais de funcionamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.3. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.4. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

8.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução é empreitada por preço global.

9.2. Após a publicação da contratação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DEDPR), a Coordenadoria de Formalização de Contratações e Convênios (CFORM) da DPE/PR informará à CONTRATADA a data de início da vigência contratual, bem como os dados de contato do(a) Gestor(a) e do(a) Fiscal do contrato.

9.2.1. A empresa contratada deverá estar apta para o início da execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da publicação.

9.2.2. Somente será autorizado o início dos serviços pela fiscalização mediante a entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, com duração compatível ao período de vigência do contrato firmado.

9.2.3. A não apresentação da ART até a data-limite prevista no item 9.2.1 impedirá a autorização de início e caracterizará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo Referência.

9.2.4. Os custos relacionados à emissão da ART são de responsabilidade da CONTRATADA.

9.3. Os serviços de Manutenção integral preventiva, corretiva e chamados de emergência, objeto desta Dispensa de Licitação, serão prestados com fornecimento e aplicação de peças, componentes e acessórios genuínos do respectivo fabricante ou originais desde que atendam aos mesmos padrões técnicos e de qualidade necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seus estados.

9.4. Deverão ser fornecidas e aplicadas todas as peças, componentes e acessórios que os elevadores necessitem para o seu perfeito funcionamento.

9.5. No caso de botoeiras, indicadores luminosos e lâmpadas, especificamente, a CONTRATADA deverá substituir a peça ou componente assim que for identificado o início da falha.

9.6. Estão excluídos deste contrato o fornecimento de peças decorrentes de negligência, mau trato, uso indevido ou abusivo, agente externo (por exemplo umidade, poeira, gases, salinidade,

variação de tensão elétrica, ferrugem, entre outros), caso fortuito ou força maior e ato ou omissão que não da CONTRATADA, bem como, acabamentos e revestimentos em geral, painéis de revestimento de cabina, soleiras, monitor de tráfego e componentes mencionados nesta cláusula.

9.6.1. Nas hipóteses do item 9.6., caberá à CONTRATADA a apresentação de laudo técnico das peças defeituosas à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, de forma a comprovar as causas do defeito.

9.6.2. Nas hipóteses do item 9.6., após análise e aprovação do laudo técnico pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, caberá à Defensoria Pública do Estado do Paraná a aquisição das peças necessárias, cabendo à CONTRATADA a sua instalação, mediante o acionamento de manutenção corretiva do equipamento.

9.6.2.1. **O prazo para a realização do serviço corretivo será de 05 (cinco) dias úteis**, a partir do seu acionamento, tendo em vista que a peça necessária ao reparo do equipamento será disponibilizada pela própria Defensoria Pública.

9.7. **A Manutenção Preventiva** deverá incluir, no mínimo, os serviços de:

9.7.1. Inspeção regular da tensão dos cabos de aço;

9.7.2. Ajuste ou substituição dos patins;

9.7.3. Lubrificação;

9.7.4. Constantes vistorias na cabina e seus componentes, poço do equipamento e casa de máquinas;

9.7.5. Vistoria em interruptores, geradores, controles, placas eletrônicas, relés, contatos do sistema;

9.7.6. Revisão de peças como o motor e seus rolamentos, o sistema de freio da máquina, as polias e os cabos de tração.

9.8. A CONTRATADA deverá realizar **Manutenção Preventiva mensal, com intervalo máximo de 40 dias entre as visitas, abrangendo todos os componentes dos elevadores**, conforme o definido no Plano de Manutenção da CONTRATADA.

9.9. O prazo para execução dos serviços de manutenção preventiva não poderá ser prorrogado além do prazo constante no item 9.8.

9.10. Os serviços requisitados pela CONTRATANTE, deverão ser realizados pela CONTRATADA em dias úteis e mediante agendamento, juntamente ao Fiscal do Contrato.

9.11. Em situações supervenientes de mobilização, perigo ou outros relevantes e que venham a prejudicar a rotina de trabalho da instituição, poderão excepcionalmente ser realizados em outros horários e para os quais deverá ser solicitada autorização prévia com antecedência mínima de 07

(sete) dias, salvo em casos emergenciais devidamente caracterizados e autorizados formalmente pela administração.

9.12. A CONTRATADA realizará a **Manutenção Corretiva sempre que necessário**, com ou sem solicitação da CONTRATANTE.

9.13. Caso seja solicitado pela CONTRATANTE, será aberto um chamado técnico pela DPE/PR, que será encaminhado no correio eletrônico disponibilizados pela CONTRATADA ou via sistema disponibilizado pela CONTRATADA;

9.14. A **Manutenção Corretiva que envolva a encomenda e a troca de peças** deverá ser atendida pela CONTRATADA no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir da data de envio do chamado técnico ou da data de conhecimento da necessidade. Caso seja uma **peça de segurança do sistema, o prazo máximo será de 5 (cinco) dias úteis**;

9.15. Para toda intervenção corretiva deverá a CONTRATADA emitir um Relatório detalhado dos serviços executados, identificando as peças trocadas.

9.16. O **Chamado de Emergência**, para o atendimento dos elevadores parados, deverá estar **disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia**, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno;

9.17. O **prazo máximo para a chegada do técnico será de 2,5h (duas horas e meia)** após a solicitação da DPE/PR, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada;

9.18. O **Chamado de Emergência, para o resgate e/ ou remoção de pessoas dos elevadores deverá estar disponível 24 (vinte e quatro horas) por dia**, em qualquer dia da semana e em qualquer horário, diurno ou noturno;

9.19. O **prazo máximo para o resgate será de 30 (trinta) minutos após a solicitação da DPE/PR**, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada;

9.20. A CONTRATADA se obrigará pelo fornecimento de todo o instrumental, ferramentas, equipamentos, materiais, mão-de-obra especializada e materiais de consumo necessários à execução dos serviços. Isso inclui, mas não se limita a:

9.20.1. Materiais de consumo: Materiais de limpeza, lubrificação, soldas, espumas para vedação, produtos de pintura, nitrogênio, oxigênio, acetileno, entre outros.

9.20.2. Equipamentos de segurança: equipamentos de proteção coletiva (EPC's) e equipamentos de proteção individual (EPI's) adequados para garantir a segurança dos trabalhadores durante a execução dos serviços;



9.21. A CONTRATADA deverá apresentar seus funcionários devidamente identificados durante a realização dos serviços nas dependências da DPE/PR, incluindo nome completo, função exercida e nome da empresa;

9.22. Ao término dos serviços a CONTRATADA deverá entregar o local limpo dar a destinação correta a todos os resíduos gerados pela execução dos serviços;

9.23. Caso seja constatada qualquer desconformidade do objeto em relação às especificações do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá efetuar a correção do serviço, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e dentro do prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, contados a partir da comunicação da CONTRATANTE à CONTRATADA.

9.24. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.25. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por todos os reparos, substituições e serviços necessários para assegurar o pleno uso dos objetos contratados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

9.25.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.26. Deverão ser emitidos, mensalmente, relatórios de manutenção preventiva e corretiva.

9.27. A contratada deverá submeter-se à fiscalização periódica da DPE/PR, a qual, se constatar irregularidade nos serviços, adotará as providências necessárias para a sua normalização, assistindo inclusive ao contratante o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

9.28. A CONTRATADA deverá manter telefone fixo e móvel disponível para contato durante o horário comercial, por meio do qual a fiscalização poderá se reportar sobre assuntos relacionados à execução dos serviços. O Responsável Técnico da empresa deverá atender imediatamente e fornecer todas as informações solicitadas, especialmente para questões que exijam sua intervenção direta.

9.29. A fiscalização poderá solicitar, a qualquer momento e por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.

9.30. A CONTRATADA deverá apresentar os materiais substituídos, quando solicitado, ou aguardar autorização prévia para sua substituição, conforme critério da fiscalização.

- 9.31. A CONTRATADA deverá substituir peças defeituosas por peças genuinamente da OTIS ou originais desde que atendam aos mesmos padrões técnicos e de qualidade necessários ao adequado funcionamento dos elevadores e à conservação de seus estados, sem ônus adicionais para o contratante, garantindo a eliminação de defeitos. A instalação de peças não originais ou não homologados pela fabricante só será admitida se a fabricante não possuir tal peça no mercado nacional;
- 9.32. A CONTRATADA deverá efetuar testes de segurança, em conformidade com a legislação vigente e os critérios técnicos estabelecidos;
- 9.33. A CONTRATADA deverá fornecer manual sobre o uso correto dos elevadores, bem como treinamento para situações de emergência, como incêndio e saídas de emergência;
- 9.34. A CONTRATADA deverá providenciar sinalizações claras indicando o motivo da paralisação sempre que um elevador estiver parado para manutenção.
- 9.35. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no todo ou em parte, e dentro do prazo original, os serviços ou fornecimentos executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas ou imperfeições, ou recusados pelo CONTRATANTE, decorrentes de culpa da CONTRATADA, incluindo o uso de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior. Tais fatos não poderão ser invocadas para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo em relação a peças e serviços já recebidos pelo CONTRATANTE, cujas irregularidades venham a ser identificadas durante a aceitação ou dentro do prazo de garantia.
- 9.36. Em caso de necessidade de troca de peça, mediante prévia avaliação técnica, a CONTRATADA deverá utilizar exclusivamente peças, materiais e acessórios novos, de primeiro uso, originais ou genuínos da fabricante ou por esta atestados. Não será permitido o uso de itens reconicionados e do mercado paralelo.
- 9.37. A contratada ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da contratada, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da contratada;
- 9.38. **A contratada deverá entregar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 12 (doze) horas após a chegada da peça.** Em caso de não possibilidade do cumprimento do prazo, deverá a contratada encaminhar justificativa escrita e fundamentada para a fiscalização que analisará a procedência da demanda;

9.39. A falta de peças de segurança não será considerada motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades por descumprimento de prazos.

9.40. Os serviços e materiais empregados deverão obedecer rigorosamente às normas da ABNT, às prescrições do fabricante e às normas internacionais consagradas, na ausência de normas nacionais;

9.41. Cumprir todas as exigências das Leis e Normas referentes à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de sinalização, proteção coletiva e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de desenvolvimento do curso, bem como identificá-los adequadamente.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.42. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Referência e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

9.43. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

9.44. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento da documentação de cobrança, acompanhado, obrigatoriamente, do Relatório Mensal de Serviços correspondente ao período de competência.

9.44.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

9.45. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

9.45.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação da documentação de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que

possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

9.46. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.46.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 9.46, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

9.47. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.48. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

9.49. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

10.1. O IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

10.2. A CONTRATADA deverá cumprir os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultados, conforme **Apêndice III**.

11. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

11.1. A aquisição dos produtos e serviços relacionados à manutenção de elevadores pode gerar resíduos e rejeitos potencialmente tóxicos e contaminantes ao meio ambiente. Para mitigar esses impactos, recomenda-se que o processo de contratação priorize a seleção de itens que atendam a



critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo a redução do impacto negativo ao meio ambiente.

11.2. Conforme o Art. 49 do Decreto Estadual nº 4.993/2016 e outras normas vigentes, as empresas contratadas deverão adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, quando aplicável:

11.3. Utilizar produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

11.4. Priorizar produtos biodegradáveis, atóxicos ou reciclados, sempre que possível.

11.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e energia elétrica;

11.6. Realizar treinamentos para os empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, visando a redução do consumo de água, energia e geração de resíduos sólidos.

11.7. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994 quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

11.8. Respeitar os limites de emissão de poluentes estabelecidos pela legislação ambiental vigente.

11.9. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

11.10. Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT sobre resíduos sólidos;

11.11. Prever a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme a Lei Estadual nº 16.075/2009, de 1º de abril de 2009.

11.12. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços.

11.13. Observar os preceitos da Lei Estadual nº 20.132/2020, que trata da reestruturação administrativa e de práticas sustentáveis no âmbito do Estado do Paraná.

11.14. Essas medidas estão alinhadas com o compromisso da DPE/PR de fomentar práticas sustentáveis em suas contratações.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origem Federal,

Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.2. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s), mediante depósito ou crédito em conta bancária em favor da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

12.2.1. O pagamento será realizado mensalmente à CONTRATADA.

12.2.2. Os pagamentos serão efetuados conforme a aferição realizada pelo IMR, com descontos proporcionais em caso de notas fiscais com pontuação de infrações.

12.3. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE;

12.4. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.5. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, iniciando-se novamente após a regularização.

12.6. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela DPE-PR, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da fornecedora, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à fornecedora quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG nº 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentem a eventual modificação da ordem.

12.12. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

13. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. As condições de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estão definidas em Contrato, observando o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021 e na Resolução DPG n.º 375/2023.

13.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **12/11/2025 a 12/11/2026**, conforme disposições do contrato.

13.3. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE, as demais disposições relativas ao reequilíbrio econômico encontram-se em capítulo próprio do instrumento contratual.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Dadas as particularidades e natureza do fornecimento do serviço envolvido, não haverá exigência de garantia contratual, conforme Anexo IV, Art.18, §2º, I, da RES DPG 375/23.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. As infrações e sanções administrativas encontram-se definidas na minuta contratual de acordo com a Deliberação CSDP n.º 043/2023.

16. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023, Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná), Lei Federal n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

16.2. Lei Federal n.º 10.098/2000 (Lei de Acessibilidade): Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade;

16.3. Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

16.4. Lei n.º 6.496, de 07 de dezembro de 1977 (Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia, e autoriza a criação pelo CONFEA de uma mútua Assistência Profissional);

16.5. Resolução CONAMA n.º 382/2006: Define limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para equipamentos e processos.

16.6. Resolução CONAMA n.º 01/1990: Estabelece critérios para emissão de ruídos, em conformidade com as Normas NBR 10.151 e NBR 10.152 da ABNT.

16.7. Lei Estadual n.º 16.075/2009: Regulamenta a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias.

16.8. Decreto Estadual n.º 4.993/2016: Estabelece diretrizes para práticas sustentáveis em contratações públicas no Paraná.

16.9. Norma Regulamentadora 18 (NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção): Aplicável aos serviços de manutenção que envolvam riscos laborais.

16.10. Norma Regulamentadora 12 (NR-12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos): Define requisitos de segurança para operação e manutenção de equipamentos.

16.11. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. FORO

17.1. Eventuais litígios que não possam ser dirimidos administrativamente serão processados e julgados na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



APÊNDICE I - TERMO DE VISTORIA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

TERMO DE VISTORIA

Dispensa Eletrônica ELETRÔNICO Nº _____ / 202__ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO: Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento de peças, para a Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.

() Declaro, como responsável técnico designado pela empresa

_____ que visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao objeto supracitado, conforme indicados no Termo de Referência, estando ciente de todos os detalhes do objeto de nossa proposta.

() Declaro, como responsável técnico designado pela empresa

_____ que NÃO visitamos o(s) local(ais) dos serviços referentes ao objeto supracitado, conforme indicados no Termo de Referência, estando ciente de todos os riscos inerentes a não vistoria do objeto de nossa proposta.

Desse modo, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos a serem realizados de acordo com o Termo de Referência e demais documentos instrutores.

_____, _____ de _____ de 202__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

NOME:

CREA/CAU nº:



APÊNDICE II - D.R.T.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Modelo (Papel Timbrado da Empresa)

Dispensa Eletrônica ELETRÔNICO Nº _____ / 202____ - _____

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ:

OBJETO: Contratação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento de peças, para os Elevadores instalado na Nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR.

O abaixo assinado, _____, Identidade nº _____ e CPF _____, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, por meio desta, indicar a V. Sas. o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), de acordo com a **Lei Federal nº 5.194/66 e com as Resoluções nº 218/1973 e nº 1025/2009 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia**, bem como em conformidade com as disposições da **Lei Estadual 20.666/2021 e da Lei Federal nº 14.133/2021**, que regulamentam as licitações e contratos administrativos no âmbito estadual e federal, respectivamente.

1. Responsável Técnico pelos serviços contratados:

Nome:

Conselho Profissional:

Assinatura:

2. Co-responsável(is) técnico ou vinculado pelos serviços contratados:

Nome:

Conselho Profissional:

Assinatura:

Os referidos responsáveis registrarão as Certificações pertinentes no respectivo Conselho Profissional, antes do início do serviço, ficando sujeito à aplicação de penalidade prevista na legislação vigente e no Termo de Referência da presente Dispensa de Licitação.

Assinatura do representante legal

Assinatura do(s) responsável(is) técnico(s)



APÊNDICE III - I.M.R.

DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o contexto da presente contratação, verificou-se a necessidade de criação de instrumento de medição de resultados que contemplasse o descumprimento de prazos contratuais. Desse modo, os resultados serão medidos observando os critérios abaixo assinalados.

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprimento do prazo estipulado para realização da manutenção preventiva periódica	1	Por dia útil de atraso por Ordem de Serviço
2	Descumprimento do prazo para apresentação de ART, informações, relatórios ou laudos técnicos solicitados pela fiscalização ou previstos em contrato	1	Por solicitação/documento e por dia útil de atraso.
3	Não cumprimento do prazo para refazimento de serviços rejeitados pela fiscalização.	1	Por serviço/ Por dia útil de atraso
4	Atraso superior a 1 (uma) hora nos chamados de emergência de elevador parado (com ou sem passageiros)	5	Por hora completa de atraso

Pelo descumprimento dos critérios, a DPE/PR realizará os descontos de acordo com o somatório de pontuação das ocorrências, conforme quadro abaixo.

AFERIÇÃO	
Grau de Infração	Correspondência
Pontos Acumulados	% de liberação da nota fiscal
Até 5 pontos	Liberação total do valor da nota fiscal + NOTIFICAÇÃO
De 6 a 10 pontos	Liberação de 95% do valor da nota fiscal
De 11 a 15 pontos	Liberação de 90% do valor da nota fiscal
De 16 a 20 pontos	Liberação de 85% do valor da nota fiscal
De 21 a 25 pontos	Liberação de 80% do valor da nota fiscal
De 26 a 30 pontos	Liberação de 75% do valor da nota fiscal
Acima de 30 pontos	Liberação de 70% do valor da nota fiscal



APÊNDICE IV - SUBCONTRATAÇÃO

REQUERIMENTO E COMPROMISSO DE SUBCONTRATAÇÃO

À

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº ____/____

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que no prazo de até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo de contrato, apresentaremos cópias dos contratos.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

Declaramos, também, ciência da responsabilidade integral por atos da subcontratada e a inexistência de qualquer vínculo entre esta última e a Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ____ de _____ de 20__.

Representante Legal ou Procurador da Licitante

(nome e assinatura)

APÊNDICE V - FOTOS

Para auxiliar na elaboração das propostas, segue registro fotográfico dos Elevadores da Marca Otis instalados na Nova Sede Administrativa.









**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

Participação geral ou Exclusivo para ME/EPP ou Cota reservada para ME/EPP					
Benefícios LC 123/2066			Sim ()	Não ()	
Item	Quant.	Unidade de Medida	Especificações	Valor Unitário Mensal para 2 Elevadores (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
01	12	Mês	serviços de manutenção integral preventiva e corretiva, incluso chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 2 (dois) elevadores da marca OTIS. Modelo: 37SJ9737A 10 Paradas Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg. Local de Prestação de Serviços: Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP: 80030-000.		
VALOR GLOBAL DO ITEM (considera-se como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este grupo)				R\$	

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06

Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios	() NÃO CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no	() CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário
--	---	--

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

AVISO DE LICITAÇÃO 90021/2025 – SEI n.º 25.0.000008703-6



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.	de realização da licitação cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
--	--	---

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;
- c) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;
- c) O prazo de validade da presente proposta será de 90 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

AVISO DE LICITAÇÃO 90021/2025 – SEI n.º 25.0.000008703-6



Processo nº [XXXXXX]

CONTRATO Nº [XXX/aaaa]

(04/11/2025)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e chamadas de emergência, com fornecimento e instalação de peças para 02 elevadores.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-010, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua/Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [NOME COMPLETO], CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da homologação do[a] [Modalidade de licitação] nº [XXX/aaaa] (Processo nº 25.0.000008703-6), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência, inclusive seus eventuais anexos, bem

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é prestação de serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, nº 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, conforme discriminado na tabela a seguir:

GRUPO ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
Único	Serviços de manutenção integral preventiva e corretiva, incluso chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 2 (dois) elevadores da marca OTIS . Modelo: 37SJ9737A 10 Paradas Capacidade máxima: 09 passageiros, 630kg. Local de Prestação de Serviços: Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP: 80030-000.	Mensal	12	R\$ [XXX]	R\$ [XXX]
VALOR TOTAL					R\$ [XXX]

2.2. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contados da data de publicação do extrato deste contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED)², prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

² Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto contratual é empreitada por preço global.

4.2. O início da execução contratual dos serviços deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de início da vigência do presente instrumento, nos termos da Cláusula 3.1.

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas Partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

4.4. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É permitida a subcontratação parcial da execução do objeto contratual, desde que observados os limites autorizados e cumpridos os demais requisitos previstos no Termo de Referência desta contratação.

5.2. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s), bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



5.5. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a(s) subcontratada(s) cumpre(m) os requisitos necessários para a execução do objeto.

5.6. O pagamento dos serviços subcontratados será realizado diretamente à CONTRATADA.

5.7. As partes devem observar a disciplina estabelecida no Termo de Referência desta contratação no que se refere ao procedimento para a autorização da subcontratação do objeto, aos requisitos para a execução contratual pela(s) subcontratada(s) e respectivo acompanhamento e fiscalização, bem como aos prazos e formas de pagamento referentes à(s) parcela(s) subcontratada(s).

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, conforme as disposições deste Termo de Contrato, incluindo seu Anexo I (Instrumento de Medição de Resultados), e dos demais documentos vinculados a esta contratação, observando-se, ainda, o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023³ e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX]; Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX]; Fiscal titular: [XXXXXX]; Fiscal substituto[a]: [XXXXXX].

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas

³ Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.



neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.5.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.5.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela própria realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.6. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.7. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.8. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.9. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam neste Termo de Contrato e nos demais



documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. Para fins de recebimentos provisório e definitivo, a CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

7.3. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data de recebimento da documentação de cobrança, acompanhado, obrigatoriamente, do Relatório Mensal de Serviços correspondentes ao período de competência.

7.3.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

7.4. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.4.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, de cumprimento de todas as obrigações assumidas, bem como à apresentação da documentação de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que possibilitem à CONTRATANTE prestar as informações exigidas pelo fisco, conforme a legislação vigente.

7.5. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.5.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.5, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.6. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.



7.7. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.8. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.2. No valor indicado na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: **[XXXXXX]**, Detalhamento: **[XXXXXX]**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, o(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em favor da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

10.1.1. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação da documentação de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

10.1.2. Os pagamentos devidos serão calculados e efetuados com base na aferição realizada por meio do **Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I)**, aplicando-se, quando for o caso, os percentuais de descontos correspondentes à pontuação das infrações verificadas.



10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de **[dd/mm/aaaa] a [dd/mm/aaaa]**.

12.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando a data-base: **[dd/mmm.]**, mediante a aplicação da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

12.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.



12.3. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

12.4. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

12.5. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 12.1, qual seja, **[dd/mm/aaaa]**.

12.6. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

12.II. DA REVISÃO

12.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

12.8. A revisão dos preços originalmente contratados estará condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

12.8.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados no contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

12.8.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

12.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 12.9, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

12.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.



12.10 A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 12.9.2.

12.10.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente tal necessidade à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 12.10 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor⁴ e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

13.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

13.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

13.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

⁴ Lei nº 8.078/1990.



13.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

13.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

13.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

13.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE PARA suas dependências.

13.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

13.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

13.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

13.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de



cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁵, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁶ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁷.

13.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

13.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018⁸ e à Resolução DPG nº 318/2023⁹, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

13.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

13.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão do contrato, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

14.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

⁵ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁶ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁷ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

⁸ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

⁹ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.



14.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

14.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

14.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

14.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

14.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018¹⁰ e à Resolução DPG nº 318/2023¹¹, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

14.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

¹⁰ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹¹ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.



15.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

15.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 15.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹², bem como nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo das consequências em outras esferas legais.

16.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹³ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

¹² Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹³ “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹⁴ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos



16.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁵ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

16.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

16.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

16.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

16.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

16.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei."

¹⁵ "Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar."



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 17.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

17.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato se efetive com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁶ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

17.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. A extinção do contrato poderá ser:

17.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

¹⁶ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”



17.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

17.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

17.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.6.3. indenizações e multas.

17.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

18.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁷; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁸; da Lei nº 13.709/2018¹⁹; da Deliberação CSDP nº 21/2022²⁰; da Lei nº 8.078/1990²¹, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED); e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²².

¹⁷ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁸ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

¹⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

²⁰ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²¹ Código de Defesa do Consumidor.

²² A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações
Coordenadoria de Formalização das Contratações e Convênios

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**
[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

MINUTA

**ANEXO I****INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme a avaliação de desempenho estabelecida na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ITEM	DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPENHO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Descumprimento do prazo estipulado para realização da manutenção preventiva periódica	1	Por dia útil de atraso por Ordem de Serviço
2	Descumprimento do prazo para apresentação de ART, informações, relatórios ou laudos técnicos solicitados pela fiscalização ou previstos em contrato	1	Por solicitação/documento e por dia útil de atraso.
3	Não cumprimento do prazo para refazimento de serviços rejeitados pela fiscalização.	1	Por serviço/ Por dia útil de atraso
4	Atraso superior a 1 (uma) hora nos chamados de emergência de elevador parado (com ou sem passageiros)	5	Por hora completa de atraso

2. Pelo descumprimento dos critérios estabelecidos na Tabela 1, a CONTRATANTE aplicará descontos sobre os valores devidos pela execução do objeto, com base na seguinte metodologia: (i) as ocorrências registradas no mês de competência serão avaliadas quanto aos critérios de desempenho, pontuação e frequência; e (ii) o percentual de liberação do valor do documento de cobrança será aplicado sobre o pagamento correspondente, considerando o total de pontos atribuídos às ocorrências, conforme disposto na Tabela 2, a seguir.

TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO E PERCENTUAIS DE DESCONTOS

AFERIÇÃO	
Grau de Infração	Correspondência
Pontos Acumulados	% de liberação da nota fiscal
Até 5 pontos	Liberação total do valor da nota fiscal + NOTIFICAÇÃO



De 6 a 10 pontos	Liberação de 95% do valor da nota fiscal
De 11 a 15 pontos	Liberação de 90% do valor da nota fiscal
De 16 a 20 pontos	Liberação de 85% do valor da nota fiscal
De 21 a 25 pontos	Liberação de 80% do valor da nota fiscal
De 26 a 30 pontos	Liberação de 75% do valor da nota fiscal
Acima de 30 pontos	Liberação de 70% do valor da nota fiscal

4) Declaração da Coordenadoria de Contratações /
Justificativa de preços;



DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

DESPACHO

Sr. Coordenador,

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para contratação de empresa especializada em serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Chamados de Emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR.
2. Após a aprovação do Termo de Referência (0187687), procedeu-se à pesquisa de mercado, conforme Resolução DPG nº 375/2023, Anexo VII, tendo em vista que o serviço abrange a manutenção integral dos elevadores, incluindo o fornecimento de peças, o que demanda avaliação específica quanto a adequação do modelo de contratação e os preços praticados para essa modalidade de serviço.
3. A pesquisa ocorreu entre 05/11/2025 e 12/11/2025, mediante solicitação de propostas a empresas identificadas na plataforma Banco de Preços. Foram obtidos 2 (dois) orçamentos válidos das empresas TK Elevadores Brasil Ltda. e Elevadores Otis Ltda. (0199190), além de preços públicos extraídos de contratações do Ministério Público da União (MPU), desta DPE/PR (Contrato nº 052/2024) e da SEAP/PR (0199188). Conforme mapa de preços (0192521), apurou-se valor mensal estimado máximo de R\$ 2.520,00, totalizando R\$ 30.240,00 para 12 meses.
4. Considerando a deliberação do Comitê de Contratações pela adoção da Contratação Direta, conforme Plano Anual de Contratações 2025, e o valor estimado inferior ao limite estabelecido no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a Coordenadoria de Contratações optou pela realização de dispensa eletrônica de licitação, nos termos do art. 54, II, da Resolução DPG nº 375/2023. Essa escolha visa beneficiar a administração pública ao promover maior celeridade e transparência no processo, além de possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa.
5. Em virtude das peculiaridades envolvidas na aquisição do novo imóvel da Defensoria, o procedimento foi encaminhado à Diretoria de Contratações, que deliberou pela continuidade, conforme despacho (0192791), e aprovou o Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90021/2025, nos termos do art. 4º, II, da Resolução DPG nº 522/2024.
6. A fase externa iniciou-se em 13/11/2025, com a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), do Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DEDPR) e do Portal da Transparência da DPE-PR, sendo a sessão designada para 19/11/2025, das 08h00 às 14h00, em conformidade com parágrafo único do artigo 6º da Instrução Normativa n. 67/2021 [\[1\]](#).
7. Neste íterim, duas empresas realizaram a vistoria dos equipamentos, respeitando os prazos e a forma estabelecidos no item 14 do Aviso de Licitação, são elas: GABRIELA GONCALVES PARABONI VAZ LTDA e ORONA ELEVADORES. (0199198)

8. Não houve manifestação de pedidos de esclarecimentos ou impugnações neste período.
9. Foram cadastradas propostas por 6 (seis) empresas:
- 13.938.066/0001-79 - ELETRON ELEVADORES LTDA
 - 05.926.726/0001-73 - MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
 - 36.654.449/0001-10 - TORO ELEVADORES LTDA
 - 25.201.004/0001-69 - SOBENO SERVICOS PARA ELEVADORES LTDA
 - 24.836.848/0001-13 - VITALTEC ELEVADORES LTDA
 - 30.926.988/0001-85 - GABRIELA GONCALVES PARABONI VAZ LTDA
10. Concluída a fase de lances, a proposta com o menor preço foi da empresa **ELETRON ELEVADORES LTDA – CNPJ: 13.938.066/0001-79**, com os seguintes valores:

Item	Quant.	Unidade de Medida	Especificações	Valor Unitário Mensal para 2 Elevadores (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
01	12	Mês	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO INTEGRAL PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUSO CHAMADOS DE EMERGÊNCIA, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS, PARA 2 (DOIS) ELEVADORES DA MARCA OTIS	R\$ 1.275,00	R\$ 15.300,00

11. Foi realizada tentativa de negociação para melhorar o valor ofertado, porém a empresa informou já ter apresentado seu melhor preço.
12. Em análise da proposta apresentada, conclui-se que atende integralmente às exigências do Aviso de Dispensa Eletrônica e demonstra exequibilidade, em razão da proximidade com o preço público contratado pela SEAP meio do Contrato nº 6696/2025 SEAP (R\$ 1.374,96 para 2 equipamentos), conforme registrado no mapa de preços (0192521).
13. Em análise dos documentos de habilitação apresentados (0199214), verifica-se que:
- 13.1. Toda a documentação prevista no Aviso de Contratação e seus anexos foi apresentada dentro do prazo previsto no item 9.1.1.
- 13.2. A documentação de habilitação jurídica, que inclui o ato constitutivo e o comprovante dos administradores, confirma a formalização da empresa, a compatibilidade do seu ramo de atividade com o objeto da contratação e a composição do seu quadro societário.
- 13.3. No que concerne à regularidade fiscal, social e trabalhista, a empresa apresentou certidões negativas válidas, comprovando sua situação regular perante o fisco, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.
- 13.4. A habilitação econômico-financeira demonstra que a empresa não se encontra em situação falimentar.
- 13.5. A empresa atende aos requisitos de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional exigidos, demonstrando que possui a qualificação técnica necessária para a devida execução do objeto da contratação.
- 13.5.1.Os responsáveis técnicos designados são os Engenheiros:

- Responsável Técnico pelos serviços contratados: SERGIO ROBERTO ALVES FERNANDES - Conselho Profissional: CREA PR-219604/D
- Co-responsável(is) técnico ou vinculado pelos serviços contratados: NELSON DOS SANTOS LIMA JUNIOR - Conselho Profissional: CREA PR-30068/D

13.5.2. A empresa apresentou declaração de não realização de vistoria técnica, estando ciente dos os riscos inerentes à não vistoria, conforme preconiza o item 14.1.3 do Aviso de Contratação

13.6. Por fim, em consulta à base de dados de que trata o item 11.3.2 do Aviso de Contratação, constatou-se que a empresa não possui qualquer sanção que impeça a sua contratação.

14. Pelo exposto, em conformidade com a análise realizada, verifica-se que a documentação apresentada pela empresa cumpre as exigências legais e técnicas previstas no Aviso de Dispensa Eletrônico e seus anexos.
15. Constan nos autos (0199210) as telas impressas dos sistema ComprasGov.
16. Assim, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, para avaliação, dotação orçamentária e demais providências cabíveis, devendo posteriormente serem remetidos à Coordenadoria Jurídica.
17. Por fim, caso a Coordenadoria Jurídica conclua pela regularidade do procedimento, solicita-se o encaminhamento dos autos à 1ª Subdefensoria Pública-Geral para análise e autorização da contratação referente à Dispensa Eletrônica nº 90021/2025, realizada no sistema Compras.gov.br sob o nº Dispensa Eletrônica 929443 - 24/2025, com a consequente homologação e expedição do termo de dispensa de licitação.

NELSON CAVALARO JUNIOR

Coordenadoria de Contratações

[1] Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 4o, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de lances, de que trata o Capítulo III, não será inferior a 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do aviso de contratação direta.



Documento assinado digitalmente por **NELSON CAVALARO JUNIOR, Analista da Defensoria Pública**, em 25/11/2025, às 12:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0199243** e o código CRC **1870E20A**.

5) Indicação orçamentária;



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

INFORMAÇÃO

Nº 530/2025/DOF/ORÇM

Propósito: Indicação de Recursos para a Execução da Despesa Orçamentária.

Objeto: Contratação de empresa especializada na manutenção integral preventiva e corretiva, chamados de emergência, fornecimento e instalação de peças, para 2 elevadores, instalado na Sede João Gualberto da DPE/PR.

Valor total: R\$ 14.025,00

Valor exercício corrente: R\$ 1.275,00

Dotação Orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes.

Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados (250)

Detalhamento de Despesas: 3.3.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis / Elevadores

Atesta-se a disponibilidade orçamentária do exercício 2025 conforme Quadro de Detalhamento da Despesa (SIAFIC), em anexo, atualizado com a despesa objeto desta informação.

Considera-se haver a disponibilidade financeira com a execução da previsão da arrecadação de receitas próprias do Fundo da Defensoria Pública, bem como através de recursos já arrecadados que venham a ser incorporados ao orçamento corrente pela abertura de crédito suplementar por superávit financeiro do exercício anterior.

Ressalta-se que esta indicação é exclusiva ao processo licitatório, a se realizar em 2025, sendo necessária, para a aquisição/contratação, a readequação do valor conforme o resultado do certame, ou emissão de nova Indicação Orçamentária se ultrapassado o exercício de 2025.

Ressalta-se ter sido arbitrada a data de 01/12/2025 para o início dos efeitos da contratação, variável necessária ao cálculo do impacto nos exercícios de 2025 e 2026. Ressalva-se que esta estimativa poderá ser revisada, caso se entenda necessário pelos demais setores competentes.

Após a formalização e publicação do Contrato, o procedimento deverá regressar à Coordenadoria de Contabilidade para escrituração do termo e à Coordenadoria de Orçamento para emissão do empenho.

É a informação.



Documento assinado digitalmente por **ALESSANDRO APARECIDO COLONHEZI, Assessor**, em 26/11/2025, às 12:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0199822** e o código CRC **52815CAB**.

25.0.000008703-6

0199822v5



QDD Quadro de Detalhamento Ação, Natureza e Fonte - Oficial até o mês 11 / 2025

Exercício: 2025

Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ação / Programa de Trabalho / Grupo de Despesa / Natureza Despesa	Identificador Exercício Fonte	Fonte	Fonte Detalhada	Marcador de Fonte	Meta Física	Região Intermediária	Município	Orçamento Inicial	Disponibilidade Orçamentária	Contingenciado	Valores Bloqueados por alterações em andamento	Orçamento Atualizado	Total Descentralizações (Recebidas e Concedidas)	Pré Empenhado	Saldo p/ Pré - Empenho	Despesas Empenhadas	Saldo Disponível à Empenhar	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
076000								21.014.555,00	18.536.552,80	0,00	0,00	18.634.790,00	-98.237,20	17.952.024,93	584.527,87	17.079.073,77	1.457.479,03	11.939.616,44	11.550.639,67
0760 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná								21.014.555,00	18.536.552,80	0,00	0,00	18.634.790,00	-98.237,20	17.952.024,93	584.527,87	17.079.073,77	1.457.479,03	11.939.616,44	11.550.639,67
8009 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná FUNDEP								21.014.555,00	18.536.552,80	0,00	0,00	18.634.790,00	-98.237,20	17.952.024,93	584.527,87	17.079.073,77	1.457.479,03	11.939.616,44	11.550.639,67
F076003061248009 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná FUNDEP								21.014.555,00	18.536.552,80	0,00	0,00	18.634.790,00	-98.237,20	17.952.024,93	584.527,87	17.079.073,77	1.457.479,03	11.939.616,44	11.550.639,67
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES								21.014.555,00	18.536.552,80	0,00	0,00	18.634.790,00	-98.237,20	17.952.024,93	584.527,87	17.079.073,77	1.457.479,03	11.939.616,44	11.550.639,67
339039	1	501	000250	0000	0	4100	9999999	20.657.321,00	17.736.834,80	0,00	0,00	17.835.072,00	-98.237,20	17.158.814,22	578.020,58	16.573.643,06	1.163.191,74	11.511.920,79	11.160.852,35
	2	501	000250	0000	1	4100	9999999	357.234,00	357.234,00	0,00	0,00	357.234,00	0,00	350.727,40	6.506,60	62.947,40	294.286,60	61.029,00	61.029,00
					0	4100	9999999	0,00	442.484,00	0,00	0,00	442.484,00	0,00	442.483,31	0,69	442.483,31	0,69	366.666,65	328.758,32



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DECLARO que o objeto deste procedimento administrativo possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual de 2025, Lei nº 22.267/24, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual 2024-2027, Lei nº 21.861/23, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025, Lei nº 22.065/2024.



Documento assinado digitalmente por **MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, Defensor Público-Geral do Estado do Paraná**, em 26/11/2025, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0199856** e o código CRC **417CFC3F**.

25.0.000008703-6

0199856v2

6) Parecer Jurídico;



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

PARECER JURÍDICO Nº 375/2025

SEI nº 25.0.000008703-6

ATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E CHAMADOS DE EMERGÊNCIA, COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS, PARA 02 (DOIS) ELEVADORES INSTALADOS NA SEDE ADMINISTRATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO. PREVISÃO LEGAL. MENOR PREÇO. DOCUMENTAÇÃO ADEQUADA. JUSTIFICATIVA. POSSIBILIDADE. INSTRUÇÃO DEVIDAMENTE OBSERVADA. RESOLUÇÃO DPG Nº 375/2023. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

1.A licitação pública está prevista no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e visa a contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados casos específicos da legislação.

2.Há possibilidade de dispensa da licitação em razão do valor estimado do contrato não exceder o teto determinado na legislação.

3.É preciso verificar o prazo de validade das certidões de habilitação e as atualizar, se preciso for.

4.A instrução do procedimento observou integralmente as disposições estabelecidas na Resolução DPG nº 375/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021.

5.Parecer positivo.

À Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado do Paraná

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura objetivando a contratação de empresa especializada na manutenção preventiva, corretiva e chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

2. Instruiu-se o feito com documento de formalização de demanda (doc. 0159268), autorização (doc. 0174785), despachos (doc. 0177701 a 0177975), estudo técnico preliminar (doc.0178833), providências (doc. 0178836 a 0187686), termo de referência (doc. 0187687) e pesquisa de

mercado (doc. 0192521).

3. Juntou-se diligências para dispensa eletrônica (doc. 0192523 a 0199210), documentação da empresa (doc. 0199214), despacho (doc. 0199243) e atestado de legitimidade da despesa (doc. 0199822 a 0200891). Em seguida, vieram os autos a esta Coordenadoria Jurídica.

4. É o relato do essencial.

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. O presente parecer trata da análise de juridicidade do procedimento administrativo para contratação de empresa especializada na manutenção preventiva, corretiva e chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

6. Em virtude da segregação de funções, a manifestação desta assessoria jurídica recairá sobre a legalidade, excluindo-se o exame dos aspectos técnicos e econômicos relativos à presente demanda.

7. A licitação pública está prevista no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e visa a contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados casos específicos da legislação.

8. É um procedimento administrativo formal pelo qual um ente seleciona a proposta mais vantajosa entre as oferecidas para a celebração de um contrato de seu interesse, prezando-se pela isonomia e pela promoção de um desenvolvimento nacional sustentável^[1].

9. Não obstante a regra constitucional, excepcionou-se algumas hipóteses de contratação direta em que se prescinde a licitação de forma motivada em busca de uma mais célere promoção do interesse público.

10. A Lei Federal nº 14.133/2021 estabeleceu os casos de contratação direta nos artigos 74 (inexigibilidade de licitação) e 75 (dispensa de licitação). A Resolução DPG nº 375/2023 também tratou dos institutos nos artigos 50 a 58.

O conceito de inexigibilidade de licitação, adotado pelo artigo 74 da nova Lei de Licitações, é o mesmo adotado pelo artigo 25 da Lei 8.666: inviabilidade de competição.

A dispensa de licitação, da mesma forma que na Lei 8.666, é facultativa e só pode ocorrer nas hipóteses expressamente previstas no artigo 75 da nova Lei de Licitações, não podendo ser ampliadas na esfera administrativa e no âmbito da legislação estadual, distrital e municipal.

As várias hipóteses podem se enquadrar nas modalidades de dispensa em razão do pequeno valor, dispensa em razão de situações excepcionais, dispensa em razão do objeto e dispensa em razão da pessoa^[2].

11. Ao observar o estudo técnico preliminar (doc. 0178833) e o termo de referência que define o objeto a ser contratado (doc. 0187687) verifica-se seu enquadramento como serviço porque é destinado a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração (art. 6º, XI, da NLLCA).

12. A natureza do objeto permite que ocorra a dispensa da licitação se o valor estimado do contrato for de até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)^[3], conforme disposto no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. Os elementos levantados pelos departamentos envolvidos apontam que o valor máximo da contratação é inferior ao limite legal para dispensa, circunstância que indica a viabilidade da contratação direta sem licitação.

14. Entretanto, não basta o preenchimento do requisito financeiro, é preciso verificar se restou cumprida a instrução do processo de dispensa que está definida na legislação federal e no regulamento interno.

15. De tal forma, passa-se a análise concreta da instrução.

II.1. Da hipótese legal: dispensa de licitação pelo valor

16. O exame dos autos revela que o quantitativo estimado é inferior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), ou seja, o objeto da contratação atende ao disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

II.2. Da preferência pelo procedimento na forma eletrônica

17. O parágrafo 3º do artigo 75, estabelece que as contratações de que trata o inciso II serão processadas, preferencialmente, na forma eletrônica.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

18. A Resolução DPG nº 375/2023, por sua vez, permite que as contratações de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/ 2021, sejam processadas na forma eletrônica.

Art. 54. A Defensoria Pública do Estado do Paraná poderá adotar sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

[...]

II- contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

[...]

II.3. Dos atos preparatórios: documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar e termo de referência

19. O documento de formalização da demanda foi devidamente elaborado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (doc. 0152668) e foi aprovado pelo Comitê de Contratações (doc. 0174785).

20. O estudo técnico preliminar foi desenvolvido pelos departamentos competentes, inserido e aprovado (doc. 0178833).

21. O termo de referência foi igualmente elaborado e aprovado pela Diretoria de Contratações por reunir os elementos necessários e atender às expectativas institucionais (doc. 0187687).

II.4. Da estimativa de despesa

22. A estimativa das despesas foi efetuada a partir de pesquisa de mercado com fontes diversas. Os orçamentos foram obtidos por meio de consulta a fornecedores concomitante à seleção da proposta mais vantajosa e por busca em bancos de preços públicos. A metodologia empregada atende às orientações das Cortes de Contas de diversificação de parâmetros orçamentários (doc. 0192521, 0199188 e 0199190).

II.5. Do exame jurídico e técnico

23. O exame jurídico está sendo realizado neste momento do caderno processual e o exame técnico, caso seja necessário, poderá ser desenvolvido em momento oportuno, a critério da Administração Pública.

II.6. Da compatibilidade dos recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido

1. A compatibilidade dos recursos orçamentários atualmente disponíveis com o compromisso a ser assumido pode ser retirada da Informação nº530/2025/DOF/ORÇM e Declaração do Ordenador de Despesas (doc. 0199822 a 0200891).

II.7. Da comprovação dos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária

24. A documentação da empresa Eletron Elevadores Ltda. está adequada, demonstrando que os requisitos de habilitação e qualificação mínima foram observados.

25. Não se encontrou qualquer registro na consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado do Paraná (fls. 70-74 - doc. 0199214).

26. Foi apresentada prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, Estadual e Federal (fls. 24-26 - doc. 0199214), bem como prova da regularidade relativa à Seguridade Social (fl. 24 - doc. 0199214), Verbas Trabalhistas (fl. 27 - doc. 0199214) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (fl. 23 - doc. 0199214).

27. Também foi apresentada a documentação relativa à capacidade técnico-operacional e feita a vistoria.

II.8. Da razão de escolha do contratado

28. As razões da escolha do contratado residem na oferta do preço compatível à média encontrada e no preenchimento dos requisitos legais, como devidamente observado pela Coordenadoria de Contratações (doc. 0199243).

II.9. Da justificativa dos preços

29. A avaliação econômica da contratação é atribuição do gestor público, entretanto, pontua-se que a diversificação das fontes na pesquisa de mercado foi devidamente realizada e que o valor apresentado pela empresa está na média encontrada pela Coordenadoria de Contratações.

II.10. Da autorização da autoridade competente

30. Os autos seguirão à autoridade competente máxima para a análise do mérito administrativo da contratação. Lembra-se, ainda, que é admissível sua delegação, nos termos do art. 50, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

II.11. Da divulgação do procedimento

31. O procedimento de dispensa eletrônica foi divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná, respeitando-se o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, em atendimento ao disposto no art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

II.12. Da minuta contratual

32. Destaca-se, por fim, a possibilidade do instrumento de contrato ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do art. 53 da Resolução DPG nº 375/2023.

III. CONCLUSÃO

33. Diante de todo o exposto, não se verificam impedimentos ao prosseguimento deste processo de dispensa eletrônica de licitação.

34. Assenta-se a necessidade de averiguação do prazo de validade das certidões acostadas aos autos que, deverão ser atualizadas, se preciso for.

35. É o parecer, ressalvada a análise conclusiva da Administração.

36. Remetam-se os autos à *Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado do Paraná*, autoridade competente para instruir o feito com a edição de ato formal para autorizar a dispensa de licitação.

Curitiba, data da assinatura digital.

RICARDO MILBRATH PADOIM

Coordenador Jurídico

[1] NOHARA, Irene Patrícia. Direito administrativo. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2019, p. 144.

[2] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, 1943 Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 36. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

[3] Decreto Federal [nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024](#), Anexo. Os valores são atualizados anualmente pelo Poder Executivo federal (Lei 14.133/2021, art. 182).



Documento assinado digitalmente por **RICARDO MILBRATH PADOIM, Coordenador Jurídico**, em 01/12/2025, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0202019** e o código CRC **2A724846**.

7) Decisão de mérito;



DPE **PR**
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

DECISÃO

Procedimento SEI n.º 25.0.000008703-6

DECISÃO

O presente procedimento administrativo tem por objetivo promover a **contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de dois elevadores instalados no imóvel que abrigará a sede da administração central da Defensoria Pública do Estado do Paraná.**

Os autos foram inaugurados pelo Órgão Demandante a partir da apresentação do Documento de Formalização de Demanda, que registra como problema-chave a necessidade de viabilizar a manutenção preventiva/corretiva dos dois elevadores sociais da marca OTIS, já instalados no imóvel da futura sede administrativa, cuja a desapropriação está em fase final (0159268).

O Comitê de Contratações, nos termos do art. 9º da Resolução DPG n.º 375/2023, aprovou a solicitação e compreendeu pela autuação do evento junto ao Plano Anual, identificando a contratação sob nº 089/2025 – 0174785.

A Coordenadoria de Planejamento das Contratações promoveu a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, conforme disposições do art. 12, da Resolução DPG n.º 375/2023 (0178833).

O Termo de Referência foi aprovado e apresentado em sua versão final (0187687), concluindo-se que a melhor forma de contratação seria a dispensa de licitação (item 3.1 do TR).

A Coordenadoria de Contratações apresentou aviso de contratação direta (0193416) e optou por selecionar os fornecedores pelo sistema eletrônico, pelo que foi elaborado Aviso de Dispensa Eletrônica com as regras estabelecidas e com o Termo de Referência como anexo, sendo este edital aprovado pela Diretoria de Contratações (0195525).

No Despacho 0199243, a Coordenadoria de Contratações afirmou que:

6. A fase externa iniciou-se em 13/11/2025, com a publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), do Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Paraná (DEDPR) e do Portal da Transparência da DPE-PR, sendo a sessão designada para 19/11/2025, das 08h00 às 14h00, em conformidade com parágrafo único do artigo 6º da Instrução

Normativa n. 67/2021[1] .

7. Neste íterim, duas empresas realizaram a vistoria dos equipamentos, respeitando os prazos e a forma estabelecidos no item 14 do Aviso de Licitação, são elas: GABRIELA GONCALVES PARABONI VAZ LTDA e ORONA ELEVADORES. (0199198).

8. Não houve manifestação de pedidos de esclarecimentos ou impugnações neste período.

9. Foram cadastradas propostas por 6 (seis) empresas: (...)

10. Concluída a fase de lances, a proposta com o menor preço foi da empresa ELETRON ELEVADORES LTDA – CNPJ: 13.938.066/0001-79, com os seguintes valores: (...)

Em seguida foram juntados documentos relativos ao fornecedor selecionado (0199214) e o feito foi encaminhado para indicação orçamentária (0199822).

A Coordenadoria Jurídica apresentou parecer sobre a legalidade do trâmite – Parecer Jurídico n.º 375/2025, concluindo que “*não se verificam impedimentos ao prosseguimento deste processo de dispensa eletrônica de licitação*” (0202019).

Vindo o processo a esta Primeira Subdefensoria Pública-Geral, conforme delegação da Resolução DPG n.º 522/2024^[1], examino detidamente os fatos e fundamentos jurídicos, conforme a seguir exposto.

1. DOS FATOS QUE EMBASAM A CONTRATAÇÃO DIRETA.

A priori, destaco o **contexto fático** que impulsiona o presente procedimento.

Depreende-se dos autos a intenção de contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e chamados de emergência, com fornecimento e instalação de peças, para 02 (dois) elevadores instalados na futura sede administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE/PR, localizada na Rua João Gualberto, 717, Alto da Glória, Curitiba/PR.

A vontade dos serviços foi acolhida pelo Comitê de Contratações e passou a fazer parte do Plano de Contratações Anual, como processo de contratação próprio, desvinculado das contratações atualmente vigentes.

Sobre as formas e possibilidades de aquisição, o Estudo Técnico Preliminar concluiu pela contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e estimou o valor da contratação em R\$ 17.909,28.

Assim, os setores administrativos deram andamento e a Coordenadoria de Contratações escolheu, diante da possibilidade de contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, fazer a instrução de maneira eletrônica.

Como ponto de grande relevância quanto aos fatos, destaco a manifestação da Diretoria de Contratações sobre o processo de desapropriação amigável e a continuidade dos procedimentos para seleção de prestadores de serviços relativos à nova sede. Compreendo que há motivação correta e suficiente para realização dos atos administrativos, conforme destacado nos itens 4 e 5 do Despacho 0192791 aqui reproduzidos:

“4. Por esse motivo, muito embora o processo de desapropriação não tenha sido concluído, entende-se pela continuidade do processo de seleção do prestador do serviço, uma vez que (i) as despesas administrativas para a instrução do processo já foram majoritariamente aferidas, haja vista seu estágio atual, (ii) a formalização de proposta não depende de mobilização de recursos por parte dos interessados, senão aqueles comuns à

qualquer tipo de prospecção de clientes nas relações comerciais, seja com entes públicos ou empresas privadas, (iii) sobrevirão outras etapas para a conclusão da presente seleção de prestador de serviço, de forma que a sua conclusão tende a ser contemporânea à desapropriação do imóvel”

5. Além disso, não se pretende a contratação imediata do prestador de serviços, o que deverá ocorrer somente após a conclusão do processo de desapropriação (...).

Fato é que o Decreto Estadual n.º 11.962/2025, publicado no DIOE Edição n.º 12031 de 17 de novembro de 2025, já declarou a utilidade pública do imóvel que servirá de nova sede para a Defensoria Pública, endossando sua finalidade à prestação do serviço público e assegurando solidez aos atos de desapropriação.

Assim, considerando o valor da declaração de utilidade pública e a determinação interna de que a contratação em si somente seja formalizada após a efetiva desapropriação do imóvel, se mostra realmente apropriado conferir continuidade aos atos de instrução, em concatenação de ações para a melhor efetividade no suprimento das necessidades vinculadas ao novo imóvel.

Com efeito, havendo motivos e estando instruídos os autos, cabe efetivamente à esta 1ª Subdefensoria Pública-Geral checar se a presença dos requisitos formais e materiais da contratação direta autoriza, pelos termos da legislação vigente, a continuidade.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS.

2.1. Da hipótese de contratação direta por dispensa da licitação em razão do valor e da forma eletrônica.

Em juízo de subsunção dos fatos às normas, quanto ao **mérito** da questão, apresento as seguintes considerações.

Compreendo que o Parecer Jurídico n.º 375/2025 (0157064), exarado pela Coordenadoria Jurídica, avaliou os elementos do processo devidamente, pelo que o acolho na integralidade.

Como sabido, a função do instituto da licitação é servir ao interesse público^[2]. Tendo essa finalidade como norte, observam-se casos em que, embora seja possível realizar uma competição para a contratação, seria ilógico assim proceder, exatamente por conta do interesse público que se visa alcançar. Para esses casos é possível se observar, já de antemão, que a licitação não será a solução mais adequada para atender ao interesse público, uma vez que os custos para a realização do procedimento licitatório (incluindo o tempo empregado) não compensariam os benefícios que poderiam ser obtidos. Essas hipóteses foram meritoriamente previstas pelo legislador e se encontram arroladas no artigo 75 da Lei n.º 14.133/2021, definidas genericamente como **licitação dispensável**.

O presente caso, como apresentado, se enquadra quanto aos elementos no previsto no **inc. I do art. 75 da Lei n. 14.133/2021**, referente à hipótese de dispensa de licitação **em razão do valor a ser contratado**. Define a normativa:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

[...]

O **aviso de contratação direta** foi devidamente publicado no Diário Eletrônico da Defensoria Pública (0193416).

Atestam os setores técnicos que os valores aferidos na fase interna apontaram montante inferior ao previsto legalmente para a forma de aquisição por contratação direta para serviços de engenharia – como foi categorizado no Termo de Referência, item 3.1.

De fato, está corroborado nos autos que o quantitativo estimado para a contratação do objeto (R\$ 15.300,00) é efetivamente inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), estando consequentemente os valores dentro do limite estabelecido legalmente, atualizado^[3].

Portanto, atende-se ao disposto no artigo 75, I da Lei Federal n.º 14.133/2021 e artigo 51, da Resolução DPG n.º 375/2023.

Ao lado, em análise, observa-se que para casos de dispensa de licitação em razão do valor, o artigo 54 da Resolução DPG n.º 375/2023 permite que o processamento se dê pela **forma eletrônica**^[4].

Segundo a doutrina, a dispensa eletrônica “*envolve uma espécie de procedimento competitivo simplificado e célere, no qual a Administração Pública realizará a coleta de propostas no mercado e selecionará a mais vantajosa*”^[5]. Ela é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes à escolha.

No âmbito federal, a Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67/2021, organiza o Sistema de Dispensa Eletrônica, regulamentando a parte final do artigo 75, §3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Com efeito, há que se considerar que o Parecer Jurídico n.º 375/2025 não encontrou irregularidades de processamento, especialmente sobre o Aviso de Dispensa Eletrônica (0195525), que faz as vezes de “edital” dessa competição mais célere, inserida na contratação direta.

Ao lado, há semelhança dos requisitos do artigo 5º da referida instrução normativa com aqueles elementares à contratação direta do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021, pelo que serão avaliados em detalhes no tópico sequencial.

2.2. Dos requisitos elementares à contratação direta.

Enquadrando-se a situação como hipótese para contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, é preciso avaliar pormenorizadamente os elementos do artigo 72 da Lei n.º 14.133/2021. Dispõe a regra:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar,

análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Quanto ao primeiro requisito (art. 72, I), assinalo que o Documento de Formalização da Demanda se encontra acostado a este procedimento (0159268) e foi autorizado pelo Comitê de Contratações (0174785).

O **Estudo Técnico Preliminar** foi desenvolvido pelos departamentos competentes e aprovado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (0178833). Já o **Termo de Referência** igualmente teve atenção interdepartamental e foi aceito em sua versão final pela Diretoria de Contratações, por reunir os elementos necessários e atender às expectativas institucionais (0187687).

A **estimativa de despesa** (art. 72, II) foi devidamente calculada conforme os termos do artigo 23 da Lei n.º 14.133/2021^[6]. As quantidades foram projetadas considerando a execução de manutenção preventiva e corretiva integral, incluindo chamados de emergência, com fornecimento e aplicação de peças, para os 02 (dois) elevadores existentes na nova Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná. O valor estimado da contratação foi apreendido indiciariamente a partir de contratações similares praticadas pela Defensoria Pública e, posteriormente, a Coordenadoria de Contratações certificou que realizou pesquisa de preços com base em fontes públicas e privadas – item 4 do Despacho 0199243.

O **parecer jurídico** (art. 72, III) se encontra acostado ao procedimento (0202019), avalia a legalidade processual e conclui que “*não se verificam impedimentos ao prosseguimento deste processo de dispensa de licitação.*”.

Sobre a **compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido (art. 72, IV), observo haver atendimento ao quesito, vez que a Diretoria de Orçamento e Finanças certifica “*a disponibilidade orçamentária do exercício 2025 conforme Quadro de Detalhamento da Despesa (SIAFIC).*”. Houve a devida Declaração de Ordenação de Despesas e emissão da nota de reserva. Assim, pode se considerar que há planejamento e controle sobre os recursos a serem utilizados.

Quanto ao preenchimento dos **requisitos de habilitação e qualificação**

mínima necessária (art. 72, V), foram juntados aos autos os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista da empresa selecionada (**ELETRON ELEVADORES LTDA**, cadastrada sob o CNPJ n.º 13.938.066/0001-79), bem como as certidões de ausência de impedimentos de contratar. Foram acostados também os documentos relativos à declaração de responsabilidade técnica e aos atestados exigidos pelo Termo de Referência– 0199214.

Sobre a **razão da escolha do contratado** (art. 72, VI), a Coordenadoria de Contratações justificou a seleção do fornecedor, considerando o menor preço ofertado, com exequibilidade e atendimento integral às exigências do aviso de dispensa eletrônico (0199243).

Já no que se refere à **justificativa de preço** (art. 72, VII), o setor técnico confirma a vantajosidade do valor alcançado (R\$ 15.300,00) e indica a “*proximidade com o preço público contratado pela SEAP meio do Contrato nº 6696/2025 SEAP (R\$ 1.374,96 para 2 equipamentos), conforme registrado no mapa de preços*” – vide item 12 do Despacho 0199243.

A **autorização da autoridade competente** (art. 72, VIII) se encontra compreendida nesta análise.

Faço o destaque de que a presente dispensa não desencadeará na formação de um contrato propriamente. Nos termos do art. 53 da Resolução DPG nº 375/2023, é admissível a substituição do contrato por instrumento hábil a caracterizar a relação jurídica entre as partes – no presente caso, ordem de serviço. Atente-se para os controles de fiscalização devidos.

Assim sendo, entendo que as exigências estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021 e no regulamento interno vigente no âmbito desta instituição (Resolução DPG n.º 375/2023) se encontram atendidas para o fim de instruir esta dispensa de licitação com base no valor e pelos termos apresentados.

3. CONCLUSÃO.

Por derradeiro, entendo como oportuna e conveniente a aquisição de objeto considerado essencial às atividades dessa instituição por meio de dispensa de licitação, uma vez que estão presentes os requisitos legais e regulamentares para autorizar a contratação em análise, nestes termos.

Assim, **autorizo a continuação da presente contratação por dispensa de licitação da empresa ELETRON ELEVADORES LTDA, inscrita sob CNPJ nº 13.938.066/0001-79, nos termos do art. 75, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c Anexo do Decreto Federal n.º 12.343/2024, e da Resolução DPG n.º 375/2023, conforme especificações^[7].**

Por conseguinte, determino que se expeça o Termo de Dispensa de Licitação, publicando-o junto ao Diário Eletrônico da Defensoria Pública, para controle interno e efetividade.

Considerando que o procedimento desta dispensa segue a forma eletrônica, encaminho à Coordenadoria de Contratação para que realize as medidas necessárias à publicação e aos devidos registros da dispensa no sistema oficial de compras públicas adotado.

Os atos sequenciais de adjudicação e homologação pela Defensoria Pública-Geral junto ao sistema deverão ser instruídos pelo setor considerando as peculiaridades relativas à ocupação do novo edifício.

Curitiba, data da assinatura digital.

LÍVIA MARTINS SALOMÃO BRODBECK
Primeira Subdefensora Pública Geral

[1] Resolução DPG nº 522/2024, Art. 1º. Delegar à Primeira Subdefensoria Pública-Geral as seguintes atribuições da Defensoria Pública-Geral: III – Autorizar e decidir sobre a contratação direta mediante dispensa de licitação e/ou inexigibilidade de licitação, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais dispositivos normativos aplicáveis; (...)

[2] OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Prática. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo GEN, 2023. p.116. FILHO, Marçal J. Curso de Direito Administrativo. Disponível em: Minha Biblioteca, (15th edição). Grupo GEN, 2024. p. 280.

[3] Valor atualizado pelo Anexo do Decreto n.º 12.343/2024 para R\$ R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos).

[4] Resolução DPG nº 375/2023, Art. 54. A Defensoria Pública do Estado do Paraná poderá adotar sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses: [...] II- contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; [...]

[5] OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática - 14ª Edição 2025. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.77. ISBN 9788530996116. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996116/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

[6] **Lei n.º 14.133/2021. Art. 23.** O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.(...).

[7] Quanto aos valores, extrai-se do quadro apresentando no Despacho 0199243 que o valor total anual é de R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).



Documento assinado digitalmente por **LIVIA MARTINS SALOMAO BRODBECK E SILVA, Primeira Subdefensora Pública-Geral do Estado do Paraná**, em 04/12/2025, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0206627** e o código CRC **DD397462**.

8) Termo de Dispensa.



DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DOE nº 946
Disponibilização: 04/12/2025
Publicação: 04/12/2025

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025

PROCEDIMENTO SEI N.º 25.0.000008703-6
Forma eletrônica

OBJETO: contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de 02 (dois) elevadores instalados no imóvel que abrigará a sede da administração central da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

CONTRATADO: ELETRON ELEVADORES LTDA.
CNPJ: 13.938.066/0001-79

PREÇO: valor total anual de R\$15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: garantir a segurança e acessibilidade dos usuários na utilização dos elevadores instalados na nova sede administrativa.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 75, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021 c/c Anexo Decreto Federal n.º 12.343/2024, e Resolução DPG n.º 375/2023.

Curitiba, data da assinatura digital.

LÍVIA MARTINS SALOMÃO BRODBECK
Primeira Subdefensora Pública-Geral



Documento assinado digitalmente por **LIVIA MARTINS SALOMAO BRODBECK E SILVA**,
Primeira Subdefensora Pública-Geral do Estado do Paraná, em 04/12/2025, às 14:53,
conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador
0206638 e o código CRC **728DC39D**.

25.0.000008703-6

0206638v2